

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016						
Prezados Acionistas,						
A Administração da Brasileira Participações S.A. ("Brasiliانا Participações" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.						
PERFIL						
A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração e distribuição de energia elétrica. A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil S.A. ("AES Holdings Brasil"), conforme demonstrado na tabela abaixo.						
Estrutura Societária da Brasileira Participações						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,0%	6	0,0%	253.846.161	46,2%
BNDES Participações S.A. - BNDES	253.846.154	50,0%	42.307.693	100,0%	296.153.847	53,8%
Total	507.692.309	100,0%	42.307.699	100,0%	550.000.008	100,0%

Reorganização Societária

Em 17 de novembro de 2016, a AES Holdings Brasil e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR") celebraram um acordo de reorganização ("Reorganização") o qual prevê os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a AES Elpa S.A. e a Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A. (respectivamente, "Brasiliانا Participações", "AES Elpa", "AES Eletropaulo", e, em conjunto, "Companhias").

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou a reorganização em 13 de dezembro de 2016 e em 23 de dezembro de 2016, foram realizadas as assembleias gerais das Companhias nas quais foram aprovadas todas as etapas da reorganização pelos seus acionistas. De forma que, a reorganização tornou-se eficaz e passou a produzir efeitos, após aprovações societárias e regulatórias, em 30 de dezembro de 2016.

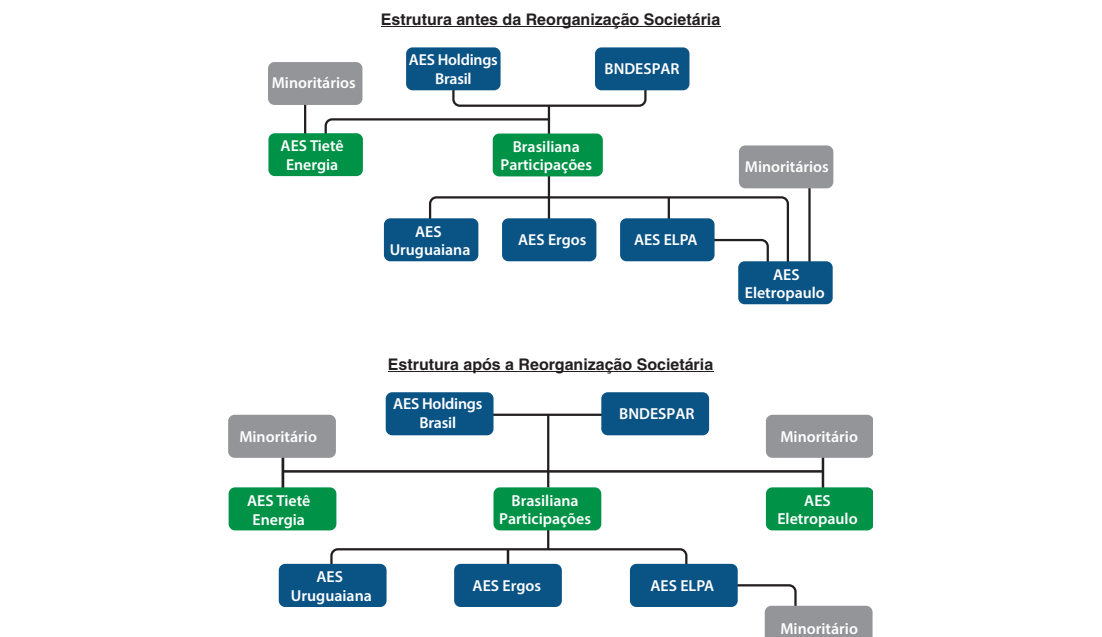
A reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da AES Elpa com a incorporação dos respectivos acervos cindidos pela AES Eletropaulo, de forma que os acionistas da Companhia (AES Holdings Brasil e BNDESPAR) passaram a deter participação direta na AES Eletropaulo e a Companhia passou a deter controle direto na AES Elpa S.A. ("AES Elpa"), AES Serviços TC Ltda. ou AES Ergos, e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("AES Uruguiana").

Após a implementação da reorganização, a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR rescindiram o antigo acordo de acionistas da Brasileira Participações concomitante à celebração do novo acordo de acionistas da AES Eletropaulo e do novo acordo de acionistas da Brasileira Participações, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da reorganização.

A reorganização teve como principais objetivos:

- (i) Simplificação da estrutura societária e organizacional da controlada AES Elpa e da Eletropaulo, reduzindo custos de gestão;
- (ii) melhor eficiência do processo de tomada de decisões, por meio de um novo acordo de acionistas na AES Eletropaulo;
- (iii) melhoria da liquidez dos investimentos e aumento da geração de caixa futura da AES Eletropaulo em R\$ 694 milhões até o final da concessão, o que contribuirá para a redução do seu nível de endividamento; e
- (iv) maior liquidez para os acionistas não controladores da Companhia, por meio da participação direta na AES Eletropaulo.

À seguir, resumo da estrutura societária antes e após a conclusão da reorganização societária descrita acima.



EFICIÊNCIA ECONÔMICA/FINANCEIRA

Resultados - R\$ milhões	Controladora 2016	Consolidado 2016
Receita líquida	–	57,0
Custos operacionais *	-6,5	-55,7
Resultado bruto	-6,5	-23,7
EBITDA	-6,5	1,3
Equivalência patrimonial	9,4	0,0
Resultado financeiro	4,1	-4,1
Resultado antes da tributação	7,0	-26,0
Lucro líquido operações continuadas	11,1	11,1
Lucro líquido da operações descontinuadas	196,7	214,3
Lucro Líquido do Exercício	207,8	225,4

* Excluindo depreciação e amortização.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 225,4 milhões em 2016), decrescido do resultado das operações descontinuadas (R\$ 214,3 milhões), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 39,1 milhões em 2016), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (R\$ 4,1 milhões em 2016), totalizando, conforme acima, R\$ 1,3 milhão para o ano de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)										
	Reclassificado					Reclassificado				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Notas	2016	2015	2016		2015	Notas	2016	2015	
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.232	25	26.946	152.182					
Investimentos de curto prazo	5	31.611	326.878	79.522	789.565					
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	6.777	2.533.304					
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.1	1.183	–	12.410	35.480					
Outros tributos compensáveis	7.2	–	–	757	93.576					
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	28.1	27.321	12.094	–	–					
Contas a receber - acordos	–	–	–	–	89.752					
Contas a receber de partes relacionadas	28.1	–	–	6.012	–					
Outros créditos	9	–	–	21.275	352.480					
Almozarifado	–	–	–	1.338	64.471					
Despesas pagas antecipadamente	–	1.017	14	1.429	36.872					
Ativo financeiro setorial, líquido	–	–	–	–	891.472					
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		75.364	339.011	156.466	5.039.154					
ATIVO NÃO CIRCULANTE										
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	–	–	33.121	59.572					
Outros tributos compensáveis	7.2	–	–	–	34.429					
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	–	–	37.058	442.516					
Cauções e depósitos vinculados	17.1	39.396	35.684	63.221	500.204					
Contas a receber - acordos	–	–	–	–	9.215					
Outros créditos	9	–	32	75.061	153.360					
Despesas pagas antecipadamente	–	–	–	643	598					
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	13	–	–	(75.060)	(89.931)					
Ativo financeiro da concessão	–	–	–	–	2.004.798					
Ativo financeiro setorial, líquido	–	–	–	–	449.428					
Investimento	11	54.407	1.604.398	–	13.130					
Imobilizado, líquido	12	–	–	371.543	432.172					
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	12 e 13	–	–	(360.845)	(384.918)					
Intangível	–	–	388.198	–	6.108.099					
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		93.803	2.028.312	144.742	9.732.672					
PASSIVO										
CIRCULANTE										
Fornecedores	14	3.855	4.305	9.804	1.931.240					
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	38.286					
Debêntures	–	–	–	–	678.273					
Arrendamento financeiro	–	–	–	–	364					
Subvenções governamentais	–	–	–	–	2.427					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.1	–	–	–	27					
Outros tributos a pagar	15.2	77	56	2.027	529.351					
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.1	49.983	43.372	50.016	71.894					
Obrigações com acionistas	28.1	–	277.802	–	277.802					
Obrigações sociais e trabalhistas	16	–	–	5.837	106.922					
Provisões para processos judiciais e outros	17.1	–	–	156	167.293					
Encargos setoriais	18	–	–	1.773	752.612					
Adiantamento de clientes	–	–	–	–	3.765					
Receita diferida	19	–	–	1.773	1.773					
Repasse seguro - conta de energia	20	–	–	–	4.986					
Outras obrigações	–	–	–	–	9					
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		53.915	325.535	76.772	4.846.573					
PASSIVO NÃO CIRCULANTE										
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	14	–	–	70.887	70.887					
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	474.952					
Debêntures	–	–	–	–	2.367.850					
Arrendamento financeiro	–	–	–	46	32.190					
Subvenções governamentais	–	–	–	–	8.108					
Tributos e contribuições sociais diferidos	8	–	4.114	–	6.530					
Obrigações com entidade de previdência privada	–	–	–	–	2.604.967					
Provisão para processos judiciais e outros	17.1	38.893	35.387	61.869	375.140					
Encargos setoriais	18	–	–	–	2.629					
Contas a pagar a partes relacionadas	28.1	9.010	9.010	9.010	9.010					
Obrigações sociais e trabalhistas	16	–	–	64	1.032					
Reserva de reversão	–	–	–	–	66.085					
Receita diferida	19	–	–	12.017	14.184					
Outras obrigações	–	–	–	–	8.319					
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		47.903	48.511	156.522	6.072.837					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social subscrito e integralizado	21.1	42.480	1.791.711	42.480	1.791.711					
Reservas de capital	21.3	3.649	11.130	3.649	11.130					
Reservas de lucros:										
- Legal	21.3	1.386	187.170	1.386	187.170					
- Estatutária	21.3	13.223	73.318	13.223	73.318					
- Lucros a realizar	21.3	6.611	–	6.611	–					
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	213.718	–	213.718					
Outros resultados abrangentes	–	–	(283.770)	–	(283.770)					
Subtotal		67.349	1.993.277	67.349	1.993.277					
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	565	1.859.139					
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		67.349	1.993.277	67.914	3.852.416					
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.167	2.367.323	301.208	14.771.826					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015												
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)												
Reservas de Lucros												
Descrição	Notas	Capital social	Reserva capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da companhia	Participação de acionista não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014												
Efeitos da reorganização societária												
Incorporação do acervo cindido da Companhia Brasileira de Energia		1.791.711	288.932	182.605	29.946	—	(283.770)	213.718	91.309	2.314.451	1.886.321	4.200.772
Transações com os acionistas:												
Dividendo mínimo obrigatório	21	—	—	—	—	—	—	—	(43.372)	(43.372)	—	(43.372)
Dividendo mínimo obrigatório de controlada - Eletropaulo		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(27.852)	(27.852)
Resgate de ações	27.1	—	(277.802)	—	—	—	—	—	—	(277.802)	—	(277.802)
Ganho em investimentos - não controladores		—	—	—	—	—	—	—	—	—	670	670
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Constituição de Reserva Legal	21	—	—	4.565	—	—	—	—	(4.565)	—	—	—
Constituição de Reserva Estatutária	21	—	—	—	43.372	—	—	—	(43.372)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015												
		1.791.711	11.130	187.170	73.318	—	(283.770)	213.718	—	1.993.277	1.859.139	3.852.416
Resultado abrangente total:												
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	207.797	207.797	17.561	225.358
Ajuste de avaliação atuarial		—	—	—	—	—	(430.689)	—	—	(430.689)	(804.273)	(1.234.962)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial		—	—	—	—	—	146.425	—	—	146.425	273.462	419.887
Transações com os acionistas:												
Dividendos da controlada AES Elpa aprovados em AGO de 28.04.2016		—	—	—	—	—	—	—	—	—	(211)	(211)
Remuneração com base em ações das controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.211	1.211
Ajuste por conta de Dividendos e JSCP não resgatados pelos acionistas das controladas - prescritos		—	—	—	—	—	—	—	103	103	184	287
Dividendo mínimo obrigatório	22	—	—	—	—	—	—	—	(6.612)	(6.612)	—	(6.612)
Mutações internas do patrimônio líquido:												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	(18.062)	18.062	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	—	6.141	(6.141)	—	—	—
Constituição de reserva legal	22	—	—	1.386	—	—	—	—	(1.386)	—	—	—
Constituição de reserva estatutária	22	—	—	—	13.223	—	—	—	(13.223)	—	—	—
Constituição de reserva de lucros a realizar	22	—	—	—	—	6.611	—	—	(6.611)	—	—	—
Efeitos da reorganização societária												
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital, sem diluição dos acionistas não controladores	1	—	(7.481)	—	—	—	—	—	—	(7.481)	7.481	—
Cisão parcial	1	(1.749.231)	—	(187.170)	(73.318)	—	568.034	(201.797)	(191.989)	(1.835.471)	(1.353.989)	(3.189.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2016												
		42.480	3.649	1.386	13.223	6.611	—	—	—	67.349	565	67.914
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis												
continua												

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)			
		Controladora	Consolidado
	Notas	2016	2016
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	24	–	56.989
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo com Energia Elétrica/Gás		–	(1.575)
Energia elétrica comprada para revenda		–	(1.651)
Taxa de fiscalização		–	
Custo de Operação		–	(44.415)
Pessoal e administradores		–	13
Entidade de previdência privada		(5.628)	(32.434)
Serviços de terceiros		–	(9.032)
Material		–	(667)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		–	38.943
Reversão da provisão para redução ao provável valor de realização	13	–	(25.203)
Depreciação e amortização		–	(899)
Outras despesas operacionais	25	(6.527)	(80.895)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS		(6.527)	(23.906)
RESULTADO DO SERVIÇO		(6.527)	(23.906)
Resultado de equivalência patrimonial	11	9.368	–
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	26	8.283	18.872
Despesas financeiras	26	(4.163)	(7.960)
Variações cambiais, líquidas	26	–	(15.022)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		4.120	(4.110)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		6.961	(28.016)
Contribuição social	8 e 27	–	(48)
Imposto de renda	8 e 27	–	(106)
Contribuição social diferida	8 e 27	1.089	10.393
Imposto de renda diferido	8 e 27	3.025	28.870
TOTAL DOS TRIBUTOS		4.114	39.109
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		11.075	11.093
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	1.1	227.794	291.283
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	1.1	(31.072)	(77.018)
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		196.722	214.265
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		207.797	225.358
Atribuído a acionistas controladores		207.797	207.797
Atribuído a acionistas não controladores		–	17.561
Resultado por ação básico e diluído			
Por ação ordinária	23	0,37781	0,37781
Por ação preferencial	23	0,37781	0,37781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
		Controladora	Consolidado
		2016	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		207.797	225.358
Outros resultados abrangentes:			
- Itens que não serão reclassificados para o resultado no futuro			
Ajuste de avaliação atuarial	(430.689)	(1.234.962)	
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	146.425	419.887	
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(76.467)	(589.717)	
Atribuído a quotistas da empresa controladora		(76.467)	
Atribuído a acionistas não controladores		(513.250)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
Descrição	Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016
Atividades operacionais:			
Lucro líquido do exercício	207.797	–	225.358
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização	–	–	25.203
Amortização do Intangível de concessão - operações descontinuadas	31.072	–	77.018
Variação monetária/cambial	350	–	16.049
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	–	–	1.189
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	–	–	80
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(5.722)	–	(13.732)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	–	–	62
Resultado da equivalência patrimonial	(9.368)	–	–
Provisão (Reversão) para redução ao provável valor de realização	–	–	(38.943)
Tributos e contribuições sociais diferidos	(4.114)	–	(39.263)
Ações e opções de ações outorgadas	–	–	83
Resultado líquido de operações cindidas	(227.794)	–	(291.283)
Redução (aumento) dos ativos:			
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(3.041)	–	(2.468)
Outros tributos compensáveis	–	–	(118)
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	–	–	(3.642)
Outros créditos	32	–	52
Almoxxarifado	–	–	(825)
Despesas pagas antecipadamente	(1.003)	–	(1.168)
Contas a receber de partes relacionadas	–	–	(2.896)
Aumento (redução) dos passivos:			
Fornecedores	(450)	–	1.826
Imposto de renda e contribuição social a pagar	–	–	(330)
Outros tributos a pagar	21	–	995
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	2.539
Encargos setoriais	–	–	(746)
Receita diferida	–	–	(2.167)
Adiantamento de clientes	–	–	(3.765)
Outras obrigações	–	–	4.988
	(12.220)	–	(45.904)
Pagamento de processos judiciais e outros	–	–	(621)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(637)	–	(3.765)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	20.519	–	32.592
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais continuadas	7.862	–	(17.298)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais descontinuadas	1.940	–	1.701.540
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	9.602	–	1.684.242
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	–	–	(5.318)
Aplicações em investimentos de curto prazo	(179.980)	–	(302.388)
Resgates de investimentos de curto prazo	462.943	–	611.897
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(556)	–	(1.337)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos em continuidade	282.407	–	302.854
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos descontinuadas	–	–	(1.198.815)
Efeito da cisão - descontinuidade do investimento na Eletropaulo	–	–	(198.773)
Incorporação do acervo cindido da Companhia Brasileira de Energia	–	25	–
Total caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	282.407	25	(1.094.734)
Atividades de financiamentos:			
Pagamento relacionado à redução de capital/obrigações com acionistas	(277.802)	–	(277.802)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	–	–	(199)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	–	–	(403)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos em continuidade	(277.802)	–	(278.404)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos descontinuadas	–	–	(436.340)
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(277.802)	–	(714.744)
Variação no caixa líquido da Companhia	14.207	25	(125.236)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	25	–	152.182
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14.232	25	26.946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
	2016	2016		2016	2016
1. RECEITAS	–	65.023	Tributos (Governo)	(4.114)	(23.638)
Receita bruta de serviços	–	46.921	Federais	(4.114)	(27.264)
RGE Sul - eficiência energética/P&D	–	193	Imposto de renda e contribuição social	(4.114)	(39.109)
Outras receitas	–	17.909	COFINS	–	4.814
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.522)	(7.041)	PIS	–	1.045
Materiais	–	(9.365)	INSS	–	4.356
Outras despesas operacionais	(894)	36.333	Encargos sociais - Outros	–	1.630
Custo da energia comprada e transmissão	–	(1.575)	Estaduais	–	115
Serviços de terceiros	(5.628)	(32.434)	Outros	–	115
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(6.522)	57.982	Municipais	–	1.858
4. RETENÇÕES	–	(25.203)	ISS	–	1.841
Depreciação e amortização	–	(25.203)	ITR	–	4
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(6.522)	32.779	IPTU	–	13
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	214.373	233.137	Encargos setoriais	–	1.653
Receitas financeiras	8.283	18.872	Pesquisa e desenvolvimento	–	2
Resultado de participações societárias	9.368	–	Taxa de fiscalização - ANEEL	–	1.651
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	227.794	291.283	Remuneração de capitais de terceiros	4.168	25.780
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(31.072)	(77.018)	Juros	4.163	22.982
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	207.851	265.916	Aluguéis	5	2.798
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	207.851	265.916	Remuneração de capitais próprios	207.797	225.358
Empregados (Colaboradores)	–	38.416	Dividendos	6.612	6.612
Salários e encargos	–	32.955	Lucros retidos	9.196	9.196
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	–	3.515	Cisão parcial	191.989	191.989
Benefícios	–	(13)	Participação não controladores nos lucros retidos	–	17.561
FGTS	–	1.959			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
31 de dezembro de 2016 e 2015	
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)	

1. Reorganização societária

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia e suas controladas AES Elpa S.A. e Eletropaulo divulgaram em conjunto fato relevante informando ao mercado que a AES Holdings Brasil Ltda. (AES Holdings Brasil) e a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), celebraram um acordo que prevendo os termos e condições de uma proposta de reorganização societária envolvendo as Companhias ("Reorganização"). A proposta de Reorganização foi submetida aos órgãos societários competentes das Companhias, bem como à aprovação das autoridades reguladoras. A proposta de Reorganização foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.150 de 13 de dezembro de 2016), pelos Conselhos de Administração das Companhias, por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores das Companhias. Em 23 de dezembro de 2016, foram realizadas as Assembleias Gerais de todas as Companhias aprovando as etapas da Reorganização, as quais se tornaram eficazes e passaram a produzir efeitos em 30 de dezembro de 2016. A Reorganização foi realizada por meio das cisões parciais da Companhia e da Elpa com a incorporação dos respectivos acervos cindidos pela Eletropaulo, de forma que os acionistas da Companhia (AES Holdings Brasil e BNDESPAR), e da AES Elpa passaram a deter participação direta na Eletropaulo.

Após a implementação da Reorganização, a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR rescindiram o antigo acordo de acionistas da Companhia concomitante à celebração de um novo acordo de acionistas da Eletropaulo e do novo acordo de acionistas da Companhia, a fim de refletir a nova estrutura societária resultante da Reorganização. O novo acordo de acionistas da Companhia reflete substancialmente os termos e condições do antigo acordo de acionistas, enquanto que o novo acordo de acionistas da Eletropaulo consiste na adequação à nova estrutura societária, concentrando as manifestações da BNDESPAR em questões de cunho estratégico. A Reorganização não implicou na alteração do acionista controlador direto da Companhia, o qual continua sendo a AES Holdings Brasil. A Reorganização teve como principais objetivos:

- (i) simplificação da estrutura societária e organizacional da controlada AES Elpa e da Eletropaulo, reduzindo custos de gestão;
- (ii) melhor eficiência do processo de tomada de decisões, por meio de um novo acordo de acionistas na Eletropaulo;
- (iii) melhoria da liquidez dos investimentos e aumento da geração de caixa futuro da Eletropaulo, em R\$ 693.897 até o final da concessão, o que contribuirá para a redução do seu nível de endividamento; e
- (iv) maior liquidez para os acionistas não controladores da controlada AES Elpa, por meio da participação direta na Eletropaulo.

Os impactos decorrentes desta Reorganização nos ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, são demonstrados a seguir:

	Efeitos da reorganização societária						
		Capitalização AFAC Elpa (I)	Constituição de crédito tributário (II)	Provisão para integridade do capital (III)	Cisão da Elpa e incorporação pela Eletropaulo (IV)	Cisão Brasileira Participações (V)	Destinação do resultado
	31.12.2016						31.12.2016
ATIVO							
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	14.232	–	–	–	–	–	14.232
Investimentos de curto prazo	31.611	–	–	–	–	–	31.611
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	1.183	–	–	–	–	–	1.183
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	22.042	–	–	–	–	5.279	27.321
Despesas pagas antecipadamente	1.017	–	–	–	–	–	1.017
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	70.085	–	–	–	–	5.279	75.364
ATIVO							
NÃO CIRCULANTE							
Cauções e depósitos vinculados	39.396	–	–	–	–	–	39.396
Investimento							
AES Eletropaulo	88.934	–	–	–	617.179	(706.113)	–
AES Elpa	1.139.158	(7.481)	–	(506.583)	(609.160)	–	15.934
Direito de capitalização	–	–	265.648	172.238	–	(437.886)	–
Outras	43.752	–	–	–	–	–	(5.279)
Intangível	357.126	–	–	334.345	–	(691.471)	38.473
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.668.366	(7.481)	265.648	–	8.019	(1.835.470)	(5.279)
TOTAL DO ATIVO	1.738.451	(7.481)	265.648	–	8.019	(1.835.470)	93.803
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores	3.855	–	–	–	–	–	3.855
Outros tributos a pagar	77	–	–	–	–	–	77
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	43.371	–	–	–	–	–	6.612
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	47.303	–	–	–	–	–	6.612
PASSIVO							
NÃO CIRCULANTE							
Provisões para processos judiciais e outros	38.893	–	–	–	–	–	38.893
Contas a pagar a partes relacionadas	9.010	–	–	–	–	–	9.010
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	47.903	–	–	–	–	–	47.903
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.643.245	(7.481)	265.648	–	8.019	(1.835.470)	(6.612)

- (i) Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC): A Reorganização foi precedida de uma capitalização AFAC registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$ 429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada AES Elpa, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas não controladores. O montante de R\$ 7.481 representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o total do referido AFAC. Para fins de demonstrações consolidadas este valor está sendo apresentado como uma mutação na rubrica de "participação de acionista não controlador" uma vez que é considerada uma transação de capital entre acionistas.
- (ii) Constituição de crédito tributário: Equivalência da controlada AES Elpa sobre a constituição de crédito tributário, no montante de R\$ 270.360 (efeito reflexo de R\$ 265.648) que teve por base o valor de ágio não amortizado fiscalmente, contudo, já amortizado contabilmente, que passará a ser amortizado para fins fiscais após a Reorganização.
- (iii) Provisão para integridade do capital: Provisão para integridade do capital reflexo da controlada AES Elpa, no montante de R\$ 506.583, convertido em direito de capitalização referente ao benefício fiscal do ágio cindido para a Eletropaulo, no montante de R\$ 172.238 e de ativo intangível no valor de R\$ 334.345, representativo do ágio transferido na Cisão Parcial da controlada AES Elpa para a Eletropaulo.
- (iv) Cisão da Elpa e incorporação pela Eletropaulo: com a cisão parcial da controlada AES Elpa e versão do acervo cindido para a Eletropaulo, a Companhia passou a deter investimento direto na Eletropaulo, no montante de R\$ 609.160. Adicionalmente, a Companhia registrou efeito reflexo, no montante de R\$ 8.019, decorrente do registro de R\$ 23.000 no resultado do exercício na Eletropaulo, relacionado à compensação de custos com a autorização de terceiros, conforme previsto no Acordo de Reorganização. Com isso, o investimento direto na Eletropaulo passou a ser R\$ 706.113.
- (v) Cisão parcial da Brasileira Participações: cisão parcial da Companhia com a versão do acervo cindido para a Nova Brasileira Participações S.A. (i), no montante de R\$ 1.835.470, avaliado por seu valor contábil em 30 de junho de 2016 ("data base"), com base no laudo de avaliação, emitido por empresa de avaliação independente. Este acervo é composto: (a) pela participação direta detida pela Companhia na Eletropaulo no montante de R\$ 706.113; (b) pelo direito de capitalização no valor de R\$ 437.886, composto pela constituição do crédito tributário descrito no item (ii) acima e pela provisão para integridade do capital no montante de R\$ 172.238 descrito no item (iii) acima e (c) pelo ativo intangível no montante de R\$ 691.471 oriundo dos ágios reflexos da AES Elpa no montante R\$ 672.200 e Eletropaulo no montante de R\$ 19.271. A transferência do acervo cindido teve eficácia a partir de 30 de dezembro de 2016, conforme estipulado no protocolo de cisão parcial.
- (i) A Nova Brasileira Participações S.A. ("Nova Brasileira Participações") é uma nova sociedade, cujos únicos acionistas s ão a AES Holdings Brasil e a BNDESPAR, que incorporou o acervo parcialmente cindido da Companhia. A Nova Brasileira Participações foi posteriormente incorporada pela Eletropaulo.

Após a cisão parcial, a Companhia deixou de possuir qualquer participação na Eletropaulo.

Nos termos do Parágrafo Único do Artigo 233 da Lei das Sociedades por Ações, a Nova Brasileira Participações S.A. e posteriormente a Eletropaulo, assumiu as responsabilidades ativas e passivas, presentes e futuras, relativas ao acervo cindido transferido, nos termos do protocolo de cisão, sem solidariedade.

As variações patrimoniais da Companhia ocorridas entre a data base da incorporação (30 de junho de 2016) e a data efetiva da incorporação (31 de dezembro de 2016) foram absorvidas pela Nova Brasileira Participações S.A., conforme determinado no protocolo da incorporação, gerando os seguintes efeitos no patrimônio líquido da Companhia:

	31.12.2016	Efeitos da reorganização societária 30.06.2016				Variações patrimoniais dos efeitos da reorganização - Julho a Dezembro de 2016				31.12.2016	
	Brasiliانا Participações S.A	Capitalização AFAC Elpa	Constituição de crédito tributário	Cisão da Elpa e incorporação pela Eletropaulo	Cisão Brasileira Participações	Capitalização AFAC Elpa	Constituição de crédito tributário	Cisão da Elpa e incorporação pela Eletropaulo	Cisão Brasileira Participações	Destinação do resultado (i)	Brasiliانا Participações S.A
Capital social subscrito e integralizado	1.791.711	-	-	-	(1.749.231)	-	-	-	-	-	42.480
Recursos destinados a futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	11.130	(7.481)	-	-	-	-	-	-	-	-	3.649
Reserva de lucros:											
- Legal	187.170	-	-	-	(187.170)	-	-	-	-	1.386	1.386
- Estatutária	73.318	-	-	-	(73.318)	-	-	-	-	13.223	13.223
- Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.611	6.611
Ajustes de avaliação patrimonial	201.797	-	-	-	(208.460)	-	-	-	6.663	-	-
Outros resultados abrangentes	(568.034)	-	-	-	530.232	-	-	-	37.802	-	-
Lucros acumulados	(53.847)	-	234.391	16.390	(213.019)	-	31.257	(8.371)	21.031	(27.832)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.643.245	(7.481)	234.391	16.390	(1.900.966)	-	31.257	(8.371)	65.496	(6.612)	67.349

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
31 de dezembro de 2016 e 2015			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	227.794	291.283
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas	(31.072)	(77.018)
Total operação descontinuada	196.722	214.265
Atribuído a acionistas da controladora		196.722
Atribuído a acionistas não controladores (i)		17.543
(i) Representa a parcela atribuída aos acionistas não controladores, sendo composto por: R\$ 18.343 dos resultados dos investimentos cindidos conforme demonstrado a seguir e pelo impacto negativo da amortização do intangível de concessão da controlada AES Elpa de R\$ 800.		
Destaca-se que não houve ganho ou perda em relação ao valor justo, visto que todos os valores envolvidos da Reorganização foram avaliados a valores contábeis.		
Segue abaixo detalhamento do lucro (prejuízo) líquido das operações cindidas.		
Os impactos das operações da controlada cindida no resultado consolidado, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, são apresentados a seguir:		

	2016		
	Eletropaulo	AES Elpa	Total consolidado
Receita operacional Líquida	11.659.899	–	11.659.899
Total dos custos operacionais	(11.416.028)	–	(11.416.028)
Resultado do serviço (lucro bruto)	243.871	–	243.871
Resultado financeiro	(228.460)	–	(228.460)
Resultado antes dos tributos	15.411	–	15.411
Total dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	5.512	270.360	275.872
Resultado líquido proveniente de operações cindidas	20.923	270.360	291.283
Atribuído a acionistas da empresa controladora			272.940
Atr buído a acionistas não controladores			18.343

1.1.2 Demonstração dos Fluxos de Caixa	
A Companhia destaca em linha específica os resultados líquidos dos investimentos cindidos.	
a) Na controladora	
A Companhia destaca em linha específica os dividendos recebidos de investimento cindido no montante de R\$ 1.940.	
b) No consolidado	

	Consolidado
	2016
Total caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.701.540
Total caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.198.815)
Total caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(436.340)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	66.385

A saída do caixa final da Eletropaulo está apresentada em linha específica no Fluxo de Caixa na atividade de investimento (Efeito da cisão - descontinuidade do investimento na Eletropaulo).

1.1.3 Composição do acionista não controlador	
A participação do acionista não controlador demonstrada nas demonstrações dos resultados é como segue:	

	Consolidado
	2016
Operações em continuidade	49
Operações descontinuadas	17.512
Total acionistas não controladores	17.561

2. Informações gerais

A Companhia teve sua denominação alterada de AES Brazilian Energy Holdings II S.A para Brasiliانا Participações S.A. (“Companhia” ou “Brasiliانا Participações”) em 09 de setembro de 2015. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 16 de fevereiro de 2007, cuja sede está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia exerce atualmente o controle acionário das seguintes empresas: AES Elpa S.A. (“AES Elpa”), AES Serviços TC Ltda. (AES Serviços) e AES Uruguiana Empreendimentos S.A. (“Uruguiana” ou “Usina”) mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Dados sobre subsidiárias
Geração de energia
AES Uruguiana S.A. - A Companhia detém o controle direto da Uruguiana, uma companhia de capital fechado, de direito privado, sediada na cidade de Uruguiana, à Rodovia BR 472, Km 576, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a produção e a comercialização de energia termoeleétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeleétricas, obras e edificações correlatas e a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A controlada Uruguiana está autorizada a funcionar como Produtora Independente de Energia Elétrica por meio da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 180. A autorização tem prazo de 30 anos, contados a partir de 26 de junho de 1997.

A controlada Uruguiana foi vencedora do processo licitatório realizado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE por meio do Edital de Concorrência Internacional nº CEEE/96-8187, cujo objeto era a aquisição de potência e energia elétrica pela CEEE. Para satisfazer o objeto da licitação, a controlada Uruguiana responsabilizou-se pela realização e implantação do conjunto de obras integrado pela usina térmica movida a gás natural, em ciclo combinado. Seu parque gerador é composto por uma usina termoeleétrica com capacidade instalada bruta de 639,9 MW (megawatts), sendo duas turbinas a gás com capacidade de 187,65 MW cada e uma turbina a vapor com capacidade de 264,60 MW.

Condições de operação da usina
Desde 2004, a controlada Uruguiana tem enfrentado problemas com fornecimento de gás importado da Argentina junto a um único fornecedor, a Yacimientos Petrolíferos y Fiscales S.A. (“YPF”), em razão desta ter priorizado seu mercado interno e deixado, por longos períodos, de atender de forma contínua ao contrato para atendimento da Usina. Desde então, a operação e a rentabilidade da Usina ficaram fragilizadas. O cenário agravou-se em maio de 2008, com a interrupção total do fornecimento de gás à controlada Uruguiana por parte desse fornecedor.

Para que pudesse honrar os compromissos contratuais com as distribuidoras de energia elétrica, a controlada Uruguiana foi obrigada a comprar energia a um custo, por vezes, maior e sem possibilidade de repasse no preço cobrado às distribuidoras, desencadeando sua significativa deterioração econômico-financeira.

A controlada Uruguiana envidou esforços na busca por alternativas que pudessem viabilizar a continuidade das suas operações, mas nenhuma delas teve êxito. Durante o ano de 2009, foram reduzidos todos os contratos de energia com distribuidoras, e alterado seu término para 30 de dezembro de 2009, mediante o reconhecimento de exposição involuntária das distribuidoras, concedida pela ANEEL, e reconhecimento da impossibilidade de manutenção dos referidos contratos.

Todos os acontecimentos determinaram a paralisação das atividades operacionais (hibernação) da Usina a partir de 01 de abril de 2009. A partir dessa data estão previstas somente as manutenções necessárias para que a planta possa ainda retornar à sua operação normal.

Baseada nos eventos descritos acima, e de acordo com o disposto nos parágrafos 66 a 69 do CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e o parágrafo 12.b do CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, a controlada Uruguiana concluiu que, em razão dos ambientes econômico-financeiro e operacional não terem se alterado em relação aos períodos anteriores, não há indicativo para revisão da provisão para redução do provável valor de realização de ativos, registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, sendo mantida provisão para cobertura integral do ativo imobilizado.

Os planos da controlada Uruguiana para equacionamento de suas operações no atual cenário estão focados em negociações acerca do Contrato de Importação de Gás com seu fornecedor, a YPF, tendo em vista a contínua falta de fornecimento de gás natural à controlada Uruguiana e solucionado o suprimento de gás natural, a controlada Uruguiana continuará envidando esforços para buscar uma alternativa que viabilize a remuneração dos ativos da Usina.

A controlada Uruguiana e YPF formalizaram Contrato de Industrialização por Encomenda para Geração de Energia Elétrica para Exportação em 06 de janeiro de 2017 por meio do aceite pela YPF da carta oferta da controlada Uruguiana com o referido Contrato em Anexo. A YPF se obriga a fornecer o Gás Natural, a ser importado pela controlada Uruguiana, o qual não será pago, sendo somente transformado em energia elétrica. Após essa transformação, a energia elétrica resultante será entregue à YPF, prevendo que a controlada Uruguiana deverá disponibilizar energia elétrica ao sistema argentino por no mínimo dois anos, podendo ser prorrogado por mais 3 anos. O referido contrato tem condições precedentes, como por exemplo, autorizações governamentais, para que a controlada Uruguiana venha a efetivamente auferir receita oriunda do mesmo. Além disso, o contrato compreende uma remuneração fixa pela disponibilidade da usina ao sistema elétrico argentino e uma remuneração em função do volume de energia gerado.

Geração Emergencial - 2012 a 2015

Ao final de 2012 o Ministério de Minas e Energia (MME), em conjunto com a controlada Uruguiana, Petrobrás, Sulgás, TSB (Transportadora Sulbrasileira de Gás) e ONS, iniciou as negociações para o retorno da operação da usina. Em 02 de outubro de 2012, a controlada Uruguiana obteve a renovação da licença de operação da usina - LO 117/2000, concedida pelo IBAMA e necessária para seu funcionamento, a qual foi válida por 4 anos. Em 02 de junho de 2016 a controlada Uruguiana entrou com o pedido de renovação da LO junto ao IBAMA, passou pela vitória do órgão ambiental e aguarda emissão da licença. Como o processo de renovação foi aberto no prazo, a validade dessa licença fica prorrogada até manifestação definitiva do IBAMA, conforme determinado no artigo 18 da resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 2013 e 2014 a usina operou em caráter emergencial, autorizada pelo governo federal, com uma geração líquida de 238.696 MWh e 322.078 MWh respectivamente. Em 2015, através da Portaria nº28/2015, o Ministério de Minas e Energia, por intermédio do CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) reconheceu a necessidade de geração de energia pela usina Uruguiana em caráter extraordinário e temporário, dada a importância desta para o atendimento ao Estado do Rio Grande do Sul, à Região Sul e ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Desta forma, a usina utilizou Gás Natural Liquefeito (GNL) e o transporte do combustível foi realizado através da infraestrutura de gasodutos da Argentina, uma vez que a térmica situa-se próxima à fronteira com aquele país.

A controlada Uruguiana operou a usina no período de 12 de fevereiro de 2015 a 29 de maio de 2015. Em fevereiro, março, abril e maio de 2015 a geração líquida foi de 164.925 MWh, 309.480 MWh, 191.628 MWh e 155.186 MWh respectivamente.

A receita pela energia produzida neste período foi auferida por meio de liquidação no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Encargo de Serviços do Sistema (ESS). O preço de venda por MWh da energia produzida foi homologado pela ANEEL, baseando-se nos custos variáveis da controlada Uruguiana.

Prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica

AES Serviços - A Companhia detém o controle direto da AES Serviços, que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

A receita da controlada AES Serviços é atribuída a três linhas de negócios:

- Utilities** - serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, que em sua maioria são realizados com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., dos quais vale destacar: (i) prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica; (ii) prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição; (iii) prestação de serviços de operação de atendimento de lojas, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações.
- Transacional** - serviços relacionados a fatura de energia elétrica, como venda de seguros e publicidade em fatura.
- Customer** - serviços relacionado a soluções de energia, como eficiência energética, subestação, manutenção de cabine, entre outros.

Adicionalmente, em 2016, como parte da estratégia de crescimento da controlada AES Serviços, houve as seguintes alavancas de negócio: (i) ampliação da base de clientes de transacionais (vendas de seguros e propaganda em conta); e (ii) aumento do número de clientes, de 9 para 120, em soluções energéticas para empresas (eficiência energética, construção, operação e manutenção de subestações, cabines primárias e gestão energética).

A controlada AES Serviços está passando por uma reorganização de suas atividades operacionais, de forma que os novos negócios de soluções integradas de energia serão alocados para uma nova sociedade denominada AES Ergos, controlada pela AES Tietê Energia, sociedade sob controle comum à Companhia. As linhas de negócios de “utilities”, relacionados a serviços técnicos para geradoras e distribuidoras de energia, e “transacional”, relacionados à intermediação de serviços transacionais focados em cliente de distribuidora de energia elétrica, tais como venda de seguros e publicidade na fatura de energia elétrica, serão mantidas sob a responsabilidade da controlada AES Serviços.

Em 11 de julho de 2016, a controlada AES Serviços assinou o contrato de locação de imóvel não residencial na Rua dos Estados, 258, Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, onde foi instalada a nova base desta controlada. O referido contrato tem vigência de 60 meses, com término em 11 de julho de 2021. Em setembro de 2016, a sede na Rua Comodoro passou a ser desativada, com a transferência das áreas operacionais (serviços técnicos e comerciais, construção e manutenção de rede aérea e poda) para a nova base.

Holding

AES Elpa - A Companhia detém o controle da AES Elpa, que é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista, quitista ou membro de consórcio com sede em Barueri, Estado de São Paulo.

Devido à reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1, a controlada AES Elpa deixou de possuir qualquer investimento em outras sociedades. Desta forma, a fonte de recebimento de caixa advinda de dividendos deixou de existir. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a controlada AES Elpa possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros. Caso seja identificada necessidade de caixa no futuro, a controlada AES Elpa dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 20 de fevereiro de 2017, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as à aprovação do Conselho de Administração. Com base na proposta do Conselho de Administração, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como “Controladora” ou “Individuais”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a controlada Uruguiana mantém provisão integral para redução ao provável valor de recuperação de ativos, tanto no direito de uso de gás natural, quanto no seu ativo imobilizado.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias as demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfarzar precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes e números de unidades consumidoras, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

Continuidade operacional

Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Companhia adota políticas de gerenciamento de caixa com objetivo de minimizar o seu risco de liquidez. Contudo, como sua principal atividade é exercer o controle acionário de outras entidades, seu fluxo de caixa depende de dividendos recebidos de suas controladas. Caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seus acionistas.

Sistema Empresas.Net

Nos quadros individuais e consolidados da “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e BM&FBovespa, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

Reclassificação de saldos comparativos

A Administração das controladas, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu às reclassificações em seu balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente autorizados em 15 de fevereiro de 2016. As reclassificações efetuadas não alteraram o total dos ativos, passivos e patrimônio líquido.

Balanco patrimonial:

Consolidado				
31.12.2015				
Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado	
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	152.182	–		152.182
Investimentos de curto prazo	789.565	–		789.565
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	2.533.304	–		2.533.304
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	35.480	–		35.480
Outros tributos compensáveis	93.576	–		93.576
Devedores diversos	10.259	(a)	(10.259)	–
Contas a receber - acordos	89.752	–		89.752
Outros créditos	342.221	(a)	10.259	352.480
Almoxarifado	63.958	(a)	513	64.471
Estoque	513	(a)	(513)	–
Despesas pagas antecipadamente	36.872	–		36.872
Ativo financeiro setorial, líquido	891.472	–		891.472
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	5.039.154	–		5.039.154

ATIVO				
NÃO CIRCULANTE				
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	59.572	–		59.572
Outros tributos compensáveis	34.429	–		34.429
Tributos e contribuições sociais diferidos	442.516	–		442.516
Cauções e depósitos vinculados	500.204	–		500.204
Contas a receber - acordos	9.215	–		9.215
Outros créditos	153.360	–		153.360
Despesas pagas antecipadamente	598	–		598
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(89.931)	–		(89.931)
Ativo financeiro da concessão	2.004.798	–		2.004.798
Ativo financeiro setorial, líquido	449.428	–		449.428
Investimento	13.130	–		13.130
Imobilizado, líquido	399.041	(b)	33.131	432.172
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(351.787)	(b)	(33.131)	(384.918)
Intangível	6.096.969	(c)	11.130	6.108.099
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.732.542	–	11.130	9.732.672
TOTAL DO ATIVO	14.760.696	–	11.130	14.771.826

Consolidado				
31.12.2015				
Originalmente apresentado	Referência	Reclassificações	Reclassificado	
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	1.931.363	(a)	(123)	1.931.240
Empréstimos e financiamentos	38.286	–		38.286
Debêntures	678.273	–		678.273
Arrendamento financeiro	11.724	–		11.724
Subvenções governamentais	2.427	–		2.427
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.936	–		2.936
Outros tributos a pagar	529.351	–		529.351
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	71.894	–		71.894
Obrigações com acionistas	277.802	–		277.802
Obrigações estimadas	99.073	(a)	(99.073)	–
Obrigações sociais e trabalhistas	7.849	(a)	99.073	106.922
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	690.504	(a)	(690.504)	–
Encargos setoriais	–	(a)	752.612	752.612
Provisão para processos judiciais e outros	167.293	–		167.293
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	60.787	(a)	(60.787)	–
Adiantamento de clientes	3.765	–		3.765
Receita diferida	1.773	–		1.773
Outras obrigações	271.473	(a)	(1.198)	270.275
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	4.846.573	–		4.846.573

PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	70.887	–		70.887
Empréstimos e financiamentos	474.952	–		474.952
Debêntures	2.367.850	–		2.367.850
Arrendamento financeiro	32.190	–		32.190
Subvenções governamentais	8.108	–		8.108
Tributos e contribuições sociais diferidos	6.530	–		6.530
Obrigações com entidade de previdência privada	2.604.967	–		2.604.967
Provisão para processos judiciais e outros	375.140	–		375.140
Encargos setoriais	–	(a)	33.583	33.583
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	33.583	(a)	(33.583)	–
Contas a pagar a partes relacionadas	9.010	–		9.010
Obrigações sociais e trabalhistas	–	(a)	1.032	1.032
Obrigações estimadas	1.032	(a)	(1.032)	–
Reserva de reversão	66.085	–		66.085
Receita diferida	14.184	–		14.184
Outras obrigações	8.319	–		8.319
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.072.837	–		6.072.837
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social subscrito e integralizado	1.791.711	–		1.791.711
Reserva de capital	–	(c)	11.130	11.130
Reservas de lucros:				
– Legal	187.170	–		187.170
– Estatutária	73.318	–		73.318
Ajustes de avaliação patrimonial	213.718	–		213.718
Outros resultados abrangentes	(263.770)	–		(263.770)
Subtotal	1.982.147	–	11.130	1.993.277
Participação de acionistas não controladores	1.859.139	–		1.859.139
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.841.286	–	11.130	3.852.416
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.760.696	–	11.130	14.771.826

Com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico, a Companhia e suas controladas reclassificaram os saldos patrimoniais:

(a) As reclassificações patrimoniais descritas a seguir também foram refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

- da rubrica “Devedores diversos para “Outros Créditos”;
- da rubrica “Estoque” para “Almoxarifado”;
- da rubrica “Obrigações estimadas” para “Obrigações sociais e trabalhistas”;
- das rubricas “Encargos tarifários e do consumidor a recolher” e “Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética” para a rubrica “Encargos setoriais”;
- da taxa de fiscalização, considerada

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
31 de dezembro de 2016 e 2015			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			

- (c.1) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD**
A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado atualmente para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento.
- (d) **Cauções e depósitos vinculados**
São registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.
- (e) **Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**
Conforme descrito na nota explicativa nº 29.1, são classificados como fornecedores, contas a pagar por compra de energia - CCEE, Empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, Subvenções governamentais, Encargos setoriais e dividendos e juros sobre capital próprio a pagar como passivos financeiros. Todos os passivos financeiros estão reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

- 4.2 **Imobilizado**
Na controlada Uruguiana, conforme comentado na nota explicativa nº 2.1, o ativo imobilizado encontra-se integralmente provisionado, sem uma previsão de reversão ao seu valor de custo.
A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012.
A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. Esta taxa de depreciação leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens na data-base de 31 de dezembro de 2016. Na medida em que a depreciação é registrada contra o resultado do exercício, a provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes também é revertida contra o resultado do exercício, tornando-se nulo o efeito no resultado.
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pelas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.
O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

- 4.3 **Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou longa duração (ativo imobilizado)**
A Administração revisa, no mínimo, trimestralmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, exceto quanto aos ativos imobilizados da controlada Uruguiana, não foi identificado nenhum outro evento, através de informações extraídas de fontes internas e externas, indicando a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável dos ativos.
O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.
Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). O gerenciamento dos negócios considera que todas as usinas compõem uma única unidade geradora de caixa.
Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.
- 4.4 **Contratos de arrendamento**
Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia e suas controladas (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.
Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com a duração prevista do contrato de arrendamento.
- 4.5 **Investimentos em controladas**
Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da controladora (individuais).
De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas coligadas.
A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das coligadas.
As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas na mesma data-base que as da Companhia.
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer provisão ao provável valor de recuperação sobre o investimento da Companhia em sua coligada.

- 4.6 **Provisões para processos judiciais**
A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável da hierarquia de ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais incluem a avaliação das evidências disponíveis, a valor a ser das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

- 4.7 **Impostos sobre as vendas**
As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
- Programa de Integração Social (PIS) -1,65% (regime não cumulativo);
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% (regime não cumulativo);
- Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

- 4.8 **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**
(a) **Imposto de renda e contribuição social correntes**
A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no período-base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.
- (b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em exercício inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia e suas controladas.
Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia e suas controladas reconhecem um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.
Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.
Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos por entidade em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente aquela entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

- 4.9 **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**
Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.
- 4.10 **Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante**
Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante, se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

- 4.11 **Distribuição de dividendos**
Os dividendos aprovados para serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 50% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.
Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada de forma reflexa em relação aos lançamentos registrados por suas controladas na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido.
Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da mais valia no ativo imobilizado (custo atribuído), tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2017, a realização da mais valia de ativos não afetará mais o resultado da Companhia, visto que o investimento na Eletropaulo foi cindido.
Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.
A Companhia e suas controladas podem distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.
Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.
A política de distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio das Companhias controladas seguem as mesmas diretrizes da Companhia, considerando os dividendos mínimos estipulados nos estatutos sociais de cada controlada.

- 4.12 **Reconhecimento da receita**
A receita de venda e a receita de serviços incluem somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.
- (a) **Receita de suprimento de energia elétrica**
A receita de venda de energia elétrica prestada pela controlada Uruguiana é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.
- (b) **Receita de juros**
A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- 4.13 **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode resultar em um ajuste significativo no valor contábil do correspondente ativo ou passivo em períodos futuros, principalmente, devido a mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos.
As principais premissas e estimativas adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:
- (a) **Vida útil dos bens do imobilizado**
Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada, os critérios definidos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012 ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.
- (b) **Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não circulantes ou de longa duração**
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. Conforme descrito na nota explicativa nº 4.1, o cálculo do valor justo menos os custos de vendas é baseado em informações disponíveis no mercado e o cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. A Administração da Companhia e suas controladas concluíram que não houve alteração no ambiente econômico-financeiro para possibilitar uma revisão dessa provisão (vide nota explicativa nº 2.1).

- (c) **Impostos**
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.
Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.
- (d) **Valor justo de instrumentos financeiros**
O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.
O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados, estão descritos na nota explicativa nº 29.1.

- (e) **Provisão para litígios**
Conforme descrito na nota explicativa nº 4.1, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para litígios quando é provável que haja uma saída de recursos.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, às eventuais mudanças nas circunstâncias ou a fatos novos. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
- 4.14 **Novos pronunciamentos, interpretações e orientações**
a) **Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 01 de janeiro de 2016**
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/2015 - Aprovado em 7 de agosto de 2015 e divulgado em 5 de novembro de 2015: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 01 (R1), CPC 04 (R1), CPC 06 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 20 (R1), CPC 21, (R1), CPC 22, CPC 26 (R1), CPC 27, CPC 28, CPC 31, CPC 33 (R1), CPC 36 (R3), CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) e CPC 45. De maneira geral, introduziu melhorias nos textos visando a uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento às práticas contábeis internacionais.
 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 09/2016 - Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 02 (R2), CPC 26 (R1), CPC 39 e ICPG 09 (R2). De maneira geral, demonstram alterações necessárias para que os pronunciamentos permaneçam alinhados às práticas contábeis internacionais.
- A revisão dos pronunciamentos acima não trouxe impactos relevantes para a Companhia e suas controladas.

- b) **Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016:**
Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis, sendo que a Companhia e suas controladas não pretendem adotá-los de forma antecipada.
- Vigência a partir de 1º de janeiro de 2017:**
- Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 10/2016 - Aprovado em 4 de agosto de 2016 e divulgado em 22 de dezembro de 2016: Representa alteração aos seguintes Pronunciamentos Técnicos: CPC 03 (R2) e CPC 32.
Em relação ao CPC 03 (R2) - Demonstração de fluxos de caixa, as alterações exigem que uma entidade divulgue informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Essa alteração resultará em divulgação adicional da Companhia e de suas controladas.
Em relação ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas. As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, fornece orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explica as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Não é esperado impacto significativo quando da adoção desta revisão.

- Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018:**
- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações. As alterações abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilização quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis, contudo, os valores representativos do seu plano de benefício baseado no pagamento em ações não são relevantes.
 - FRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. Introduz novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) e contabilidade de hedge.

Pela nova norma será permitido apenas o reconhecimento de ganho e perda em outros resultados abrangentes em algumas circunstâncias e o ganho e a perda de alguns instrumentos com fluxo de caixa com características específicas não são transferidos posteriormente para o resultado.
A Companhia possui ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis.
Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda não apresentam variação significativa entre o valor contábil e seu valor justo, assim como não há saldos acumulados em outros resultados abrangentes decorrentes desta diferença. Estes investimentos precisarão ser analisados a fim de verificar a melhor classificação, contudo, a Companhia não espera impacto significativo visto que não há diferenças materiais entre o valor contábil e o respectivo valor justo.
Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses contratem não ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhe antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

Não há expectativa de impacto na classificação dos passivos financeiros já que a nova regra afeta somente os grupos classificados como ao valor justo contra o resultado e a Companhia não possui nenhuma rubrica com essa classificação.
Em relação à regra de perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros, a regra requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito (perda estimada e não mais perda incorrida).

- IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.
A IFRS 15 estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas, composto por cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.
Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS.
Também, a IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor. As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações contábeis.
A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades. Por este motivo, não é esperado impacto decorrente da adoção desta norma nas demonstrações contábeis individuais.

- Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019:**
- IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui a IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidencição de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15.
A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.
A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia efetuará um inventário de todos os seus contratos de arrendamento para iniciar as devidas análises ao longo de 2017.

5. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e Equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tipo de operação				
Numerário disponível	19	25	351	13.324
Numerário em trânsito	–	–	–	136.742
Operação compromissada (i)	14.213	–	26.595	2.116
Subtotal	14.232	25	26.946	152.182
Investimentos de curto prazo				
	2016	2015	2016	2015
Tipo de operação				
CDB-DI (i)	15.812	85.202	32.440	142.220
Operação compromissada (i)	–	241.676	47.082	647.040
Fundo de investimento	–	–	–	305
Subtotal	31.611	326.878	79.522	789.565
Total	45.843	328.903	106.468	941.747
(i) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em média, no caso da Companhia a 95,34% do CDI e nas controladas variando de 99,14% a 99,43% do CDI.				

6. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

Consolidado					
2016					
Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD	Saldo líquido
	até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE					
Concessionárias, permissionárias e outros:					
Energia no curto prazo - CCEE (i)	2.967	—	—	2.967	—
Outros (ii)	3.810	—	4.248	8.058	(4.248)
Total	6.777	—	4.248	11.025	(4.248)
Total - CIRCULANTE	6.777	—	4.248	11.025	(4.248)
NÃO CIRCULANTE					
Concessionárias e permissionárias:					
Energia no curto prazo - CCEE (iii)	—	—	33.121	33.121	—
Total - NÃO CIRCULANTE	—	—	33.121	33.121	—
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	6.777	—	37.369	44.146	(4.248)
39.898					
(i) O saldo refere-se aos custos adicionais de operação de caráter emergencial em 2014 da controlada Uruguiana (vide nota explicativa nº 2.1), pendentes de ressarcimento. Desde outubro de 2016 o saldo encontra-se em análise pelo órgão regulador, o qual ainda se estima o valor. O recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.					
(ii) O montante de R\$ 4.248 faz parte das negociações acerca do contrato de importação de gás da controlada Uruguiana com a YPF, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.					
(iii) Os saldos apresentados a seguir são decorrentes das transações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE no período de dezembro de 2000 a março de 2002. Essas transações poderão sofrer alterações e ajustes em decorrência das informações efetivas a serem divulgadas pela CCEE, pois dependem de decisão de processos judiciais em andamento, movidos pela controlada Uruguiana (vide nota explicativa nº 17.2 (d.1)) e por outras empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras de mercado em vigor no mesmo período.					

	Consolidado					
	2015					
	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido
até 90 dias		mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores:						
Residencial	395.170	424.376	81.547	901.093	(86.886)	814.207
Industrial	81.821	51.581	25.649	159.051	(9.560)	149.491
Comercial	280.555	87.224	24.768	392.547	(7.589)	384.958
Rural	107	53	5	165	–	165
Poder público:						
Federal	5.023	4.546	3.054	12.623	(88)	12.535
Estadual	19.864	9.783	203	29.850	–	29.850
Municipal	23.413	8.544	1.627	33.584	(43)	33.541
Iluminação pública	26.814	3.968	330	31.112	–	31.112
Serviço público	43.275	3.616	5.936	52.827	(1.094)	51.733
Total - Faturado	876.042	593.691	143.119	1.612.852	(105.260)	1.507.592
Não Faturado	854.837	–	–	854.837	–	854.837
Total	1.730.879	593.691	143.119	2.467.689	(105.260)	2.362.429
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	164.865	–	–	164.865	–	164.865
Encargos de uso da rede	43	238	–	281	–	281
Ressarcimento	–	–	–	–	–	–
Leilões de energia	5.566	–	–	5.566	–	5.566
Outros	163	–	4.248	4.411	(4.248)	163
Total	170.637	238	4.248	175.123	(4.248)	170.875
Total - CIRCULANTE	1.901.516	593.929	147.367	2.642.812	(109.508)	2.533.304
NÃO CIRCULANTE						
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	–	–	33.121	33.121	–	33.121
Iluminação pública	–	–	–	–	–	–
(Precatórios judiciais)	–	–	26.451	26.451	–	26.451
Total - NÃO CIRCULANTE	–	–	59.572	59.572	–	59.572
Total - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE	1.901.516	593.929	206.939	2.702.384	(109.508)	2.592.876

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido	Consolidado		
	Balanço Patrimonial		Resultado
	2016	2015	2016
<i>Operações em continuidade</i>			
Provisão de benefício a empregados	721	–	721
Provisão para processos judiciais e outros	228	–	228
Atualização de depósito judicial (i)	–	(6.530)	6.530
Provisão para materiais e serviços	448	–	448
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.445	–	1.445
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	30.576	–	30.576
Variação cambial	(16.277)	–	(16.277)
Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa	19.896	3.574	16.322
Outros	21	751	(730)
Total de operações em continuidade (ii)	37.058	(2.205)	39.263
<i>Operações descontinuadas</i>			
Provisão de benefício a empregados	–	319.282	(22.086)
Provisão para processos judiciais e outros	–	188.596	(4.975)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	95.560	14.045
Provisão para materiais e serviços	–	21.724	(7.834)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	–	(578.823)	37.843
Ajustes de avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	–	419.239	–
Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa	–	53.907	32.634
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	–	–	23.000
Créditos tributários - Cisão Parcial	–	–	270.360
Atualização do ativo financeiro de concessão	–	(118.346)	(48.238)
Diferença na taxa de depreciação/amortização	–	87.812	(7.025)
Alienação de imóvel	–	(20.554)	20.554
Outros	–	(30.206)	(14.353)
Total de operações descontinuadas	–	438.191	293.925
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido	37.058	435.986	

Tributos diferidos ativos
Tributos diferidos passivos

(i) A administração da Companhia e de sua controlada AES Elpa, após reavaliação do reconhecimento do tributo diferido sobre atualização de depósito judicial, decidiu reverter o saldo total em dezembro de 2016, pois considerou a análise combinada dos impactos referentes às provisões fiscais e a atualização dos depósitos judiciais.

(ii) A análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Companhia e suas controladas baseada nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios, consideradas no encerramento do exercício. Do total de R\$ 37.058, o principal ativo diferido, em 2016, no valor de R\$ 30.576, refere-se à assinatura do acordo para o encerramento da arbitragem contra a YPF que, devido às condições precedentes previstas no acordo, gerará lucro tributável no exercício de 2017 suficiente para a recuperação dos tributos diferidos apresentados no ativo.

Resalta-se que essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões, portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos consolidados:

Movimentação dos tributos diferidos	2016
	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	435.986
Impacto no resultado - operações continuadas	39.263
Impacto no resultado - operações descontinuadas	293.925
Impacto no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes)	419.887
Efeito da cisão	(1.152.003)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	37.058

Expectativa de realização:
Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estimam a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2016		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Expectativa de realização:			
2017	25.068	9.023	34.091
2018	2.156	776	2.932
2019	4	1	5
2020-2023	22	8	30
Total	27.250	9.808	37.058

Em 31 de janeiro de 2017, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários da controlada Uruguaiana e AES Serviços foram aprovados pela Diretoria.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia e suas controladas foram baseados nas expectativas de sua diretoria em relação ao futuro da Companhia e suas controladas e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Diretoria entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

A Companhia e sua controlada AES Elpa não registram impostos diferidos ativos enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e as controladas Uruguaiana e AES Elpa acumulam prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias sobre os quais não foram registrados impostos diferidos ativos, conforme segue:

Consolidado				
	Controladora	AES Elpa	AES Uruguaiana	Total
Prejuízo fiscal	46	15.865 (ii)	381.953	397.864
Base negativa contribuição social	46	19.412 (ii)	381.952	401.410
Diferenças temporárias ativas	27.300 (i)	13.027 (i)	364.930	405.257

Consolidado				
	Controladora	AES Elpa	AES Uruguaiana	Total
Prejuízo fiscal	–	1.055.536	385.581	1.441.117
Base negativa contribuição social	–	1.291.489	385.580	1.677.069
Diferenças temporárias ativas	39.659	836.847	434.511	1.311.017

(i) As diferenças temporárias relativas às provisões estão líquidas das atualizações dos depósitos judiciais, conforme mencionado anteriormente.

(ii) A redução do saldo de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é decorrente principalmente da cisão parcial da Controlada AES Elpa (vide nota explicativa nº 1).

9. Outros créditos

	Reclassificado	
	Consolidado	
	2016	2015
CIRCULANTE		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - COSIP	–	45.700
Cauções e depósitos vinculados	–	965
Valores a receber na alienação de imóvel	–	79.140
Alienação de bens e direitos	–	10.919
Repasse CDE - Descontos na tarifa	–	177.011
Serviços prestados	–	1.237
Outros créditos - partes relacionadas - nota nº 28.1	–	2.794
Adiantamentos a empregados	135	4.903
Adiantamentos a fornecedores	–	5.356
Ressarcimento de manutenção (i)	21.085	21.086
Outros	55	3.970
Total	21.275	353.101
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(621)
Saldo Líquido de PCLD	21.275	352.480
NÃO CIRCULANTE		
Financiamento à Cesp	–	8.455
Direito do uso do gás - nota nº 10	75.061	89.931
Bens e direitos destinados a alienação	–	38.321
Cauções contratuais - venda de imóveis	–	11.035
Outros	–	5.618
Total	75.061	153.360
Saldo Líquido de PCLD	75.061	153.360

(i) O Ministério de Minas e Energia, através da portaria nº 28 de 10 de fevereiro de 2015, estabeleceu que os custos de manutenção da unidade geradora a gás poderão ser recuperados por meio dos ESS (Encargo do Serviço do Sistema). Desta forma, a controlada Uruguaiana registrou um recebível em contrapartida a uma recuperação de custo em sua demonstração de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 23 de dezembro de 2015, a controlada Uruguaiana protocolou seu pedido junto à ANEEL de ressarcimento dos referidos custos, os quais estão sujeitos à auditoria e aprovação por parte do órgão regulador. Em 31 de dezembro de 2016 o processo ainda se encontra em análise pela agência. O recebimento se dará através do processo de liquidação financeira no âmbito da CCEE.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é demonstrada abaixo:

	Consolidado						
	Terrenos	Termoelétrica em operação	Peças sobressalentes	Materiais em depósito	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios
Saldo em 31 de dezembro de 2015	380	583.464	154.868	14.794	124	1.149	8.770
<i>Operações em continuidade</i>							
Adições	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	–	–	–	–	8.600	–
Baixas	–	(187)	–	(4)	–	–	(43)
Subtotal	–	(187)	–	(4)	–	8.600	(43)
<i>Operações descontinuadas</i>							
Adições	–	–	–	–	–	–	–
Transferências	–	–	–	–	–	–	–
Baixas	–	–	–	–	–	–	–
Efeitos da Cisão	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	–	–	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2016	380	583.277	154.868	14.790	124	9.749	8.727

13. Provisões para redução ao provável valor de realização de ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, a controlada Uruguaiana por força de contrato com seus clientes e, em consequência das dificuldades operacionais que vem enfrentando, principalmente relacionadas ao fornecimento de gás, concluiu que havia a necessidade de uma análise sobre a recuperação dos seus ativos não circulantes, assim como o registro de provisão para cobrir perdas esperadas no cumprimento das condições dos contratos de fornecimento assinados com seus clientes e fornecedores.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.2 (d.2), a controlada Uruguaiana assinou acordo com a YPF que prevê o encerramento das discussões no âmbito da Arbitragem. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Uruguaiana reavaliou a provisão para redução ao provável valor de recuperação do direito de uso do gás e concluiu por mantê-la registrada até a data do recebimento dos recursos, o qual ocorreu em 10 de janeiro de 2017. Esta conclusão foi suportada pelo próprio acordo assinado, o qual previa que somente quando do recebimento do valor pela controlada Uruguaiana as discussões abrangidas na Arbitragem seriam então encerradas, incluindo-se a discussão acerca do direito do uso do gás.

Os saldos de provisões para redução ao provável valor de realização de ativos referem-se ao direito de uso do gás natural no montante de R\$ 75.061 (R\$ 89.931 em 31 de dezembro de 2015) e ao imobilizado, no montante de R\$ 360.845 (R\$ 384.918 em 31 de dezembro de 2015), ambos da controlada Uruguaiana.

14. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
CIRCULANTE				
Suprimento e Transmissão:				
Itaipu	–	–	–	483.674
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	–	–	373	191.591
Leilão - CCEAR	–	–	–	344.241
ANGRA I e II	–	–	–	23.454
Quotas de garantia física	–	–	–	30.562
Energia livre - outros	–	–	–	84.910
Uso de rede básica	–	–	–	64.822
Encargos do Serviço do Sistema - ESS - EER	–	–	–	162.492
Conexão à Rede Básica	–	–	–	4.494
Transmissão	–	–	–	4.971
Uso do Sistema de Distribuição	–	–	–	1.069
Contratos bilaterais - AES Tietê Energia	–	–	–	271.814
Operador Nacional do Sistema - ONS	–	–	–	2.785
Subtotal	–	–	373	1.670.879
Materiais e Serviços	3.854	4.305	8.531	260.085
Materiais e Serviços - partes relacionadas - nota nº 28.1	1	–	900	276
Total	3.855	4.305	9.804	1.931.240
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	–	–	70.887	70.887
Total	–	–	70.887	70.887
Total Geral	3.855	4.305	80.691	2.002.127

10. Direito do uso do gás natural - ativo não circulante

A controlada Uruguaiana celebrou, em 30 de setembro de 1998, Contrato de Compra e Venda de gás natural com a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul "Sulgás". A Sulgás tem a responsabilidade de importar o gás da Argentina fornecido pela YPF e revendê-lo para a Companhia. O prazo do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural era de 20 anos, porém foi rescindido em 20 de março de 2009, devido a interrupção do fornecimento por parte da YPF.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17.2 (d.2), em janeiro de 2017 foi aprovado o acordo entre a controlada Uruguaiana e a YPF para encerrar as discussões no âmbito da arbitragem, inclusive a discussão relacionada ao direito do uso do gás. Este ativo será baixado junto com a respectiva provisão para provável valor de recuperação somente em janeiro de 2017.

As obrigações de *take-or-pay* foram registradas até a suspensão das obrigações do contrato de fornecimento de gás.

As movimentações do saldo do direito de uso do gás são as seguintes:

	Volume dam³	Custo R\$	Provisão R\$	Líquido R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2014	464.299	61.175	(61.175)	–
Variação cambial	–	28.756	–	28.756
(–) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	–	–	(28.756)	(28.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	464.299	89.931	(89.931)	–
Variação cambial - nota nº 26	–	(14.870)	–	(14.870)
(–) Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos - nota nº 13	–	–	14.870	14.870
Saldo em 31 de dezembro de 2016	464.299	75.061	(75.061)	–

11. Investimentos

Após a Reorganização, a Companhia deixou de possuir participação na Eletropaulo, uma vez que o saldo do investimento nesta controlada foi cindido pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Participações societárias permanentes:				
Valor patrimonial	54.407	1.245.250	–	–
Recursos destinados a aumento de capital	–	429.200	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas	–	213.718	–	–
Efeito reflexo (perda) atuarial de controladas	–	(283.770)	–	–
Subtotal	54.407	1.604.398	–	–
Imóveis destinados a uso futuro	–	–	–	13.082
Outros	–	–	–	48
Total	54.407	1.604.398	–	13.130

Composição dos investimentos	AES Eletropaulo	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Serviços	Total
Participação direta					
31.12.2015	4,44%	98,26%	100,00%	100,00%	
31.12.2016	0,00%	98,26%	100,00%	100,00%	
Valor do capital social					
31.12.2015	1.257.629	958.782	8.562	29.172	
31.12.2016	1.257.629	25.501	8.562	29.172	
Patrimônio Líquido					
31.12.2015	2.818.717	1.030.765	30.428	6.748	
% de participação	4,44%	98,26%	100,00%	100,00%	
Saldo do investimento	125.224	1.012.798	30.428	6.748	1.175.198
Recursos destinados a aumento de capital	–	429.200	–	–	429.200
Total	125.224	1.441.998	30.428	6.748	1.604.398

Movimentação dos investimentos	AES Eletropaulo	AES Elpa	AES Uruguaiana	AES Serviços	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	125.224	1.441.998	30.428	6.748	1.604.398
Equivalência patrimonial - operações continuadas	–	2.792	10.556	(3.980)	9.368
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas (i)	(92)	(45.781)	–	–	(45.873)
Dividendos recebidos	–	(11.888)	–	–	(11.888)
Dividendos e JSCP prescritos de controladas	13	90	–	–	103
Dividendos declarados	–	–	(5.279)	–	(5.279)
Efeito reflexo de cálculo atuarial de controladas	(36.211)	(248.053)	–	–	(284.264)
Subtotal - valor dos investimentos antes da reorganização	88.934	1.139.158	35.705	2.768	1.266.565
Efeitos da reorganização societária					
Constituição de créditos tributários - operações descontinuadas (i)	8.019	–	–	–	8.019
Perda de capital - minoritários AFAC Elpa	–	(7.481)	–	–	(7.481)
Provisão para integridade do capital	–	(506.583)	–	–	(506.583)
Direito de capitalização na Eletropaulo - ágio a amortizar contabilmente	172.238	–	–	–	172.238
Direito de capitalização na Eletropaulo - ágio amortizado contabilmente - operações descontinuadas (i)	265.648	–	–	–	265.648
Cisão parcial da AES Elpa e incorporação pela Eletropaulo	609.160	(609.160)	–	–	–
Cisão parcial da Companhia	(1.143.999)	–	–	–	(1.143.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	–	15.934	35.705	2.768	54.407
Resultado do exercício					
31.12.2016					
Lucro (prejuízo) líquido das controladas no exercício	20.923	226.577	10.556	(3.980)	

(i) Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora.

Em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 237.162, sendo R\$ 9.368 em operações continuadas e R\$ 227.794 em operações descontinuadas. Para mais informações sobre as operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 1.1.

12. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Descrição	Taxa média anual de depreciação (%)		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Em Serviço				
Custo histórico				
Terrenos	–	380	–	380
Termoelétrica	–	583.277	–	583.464
Peças sobressalentes (i)	–	154.868	–	154.868

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

☆
continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
31 de dezembro de 2016 e 2015			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivas cauções e depósitos judiciais da controladora e consolidado estão compostas da seguinte forma:

	Controladora			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2016	2015	2016	2015
Fiscal (a)	38.893	35.387	38.876	35.212
Total	38.893	35.387	38.876	35.212
Não Circulante	38.893	35.387	—	—
Total	38.893	35.387	—	—

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2016	2015	2016	2015
Fiscal (a)	58.754	54.128	58.755	54.128
Pis/COfins	2.539	21.623	2.494	24.290
Pis/COfins - sobre receitas financeiras	—	65.198	—	27.464
Processos fiscais	732	248.443	403	215.928
Trabalhista (b)	—	44.331	3	4.416
Processos cíveis	—	71.445	—	—
Processos regulatórios	—	11.425	—	—
Meio ambiente	—	25.840	—	—
Outros	62.025	542.433	61.655	326.226
Total	156	167.293	—	—
Circulante	61.869	375.140	—	—
Não Circulante	62.025	542.433	—	—
Total	62.025	542.433	61.655	326.226

O total de cauções de depósitos vinculados existentes em 31 de dezembro de 2016 para a controladora é de R\$ 39.396 (R\$ 35.684 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 38.876 referente aos processos com prognóstico de probabilidade de perda provável e R\$ 520 com probabilidade de perda remota. Para o total consolidado em 31 de dezembro de 2016 o montante é de R\$ 63.221 (R\$ 500.204 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Cauções e Depósitos Vinculados		Cauções e Depósitos Vinculados	
	2016	2015	2016	2015
Processos prováveis	38.876	35.212	61.655	326.226
Processos possíveis	—	—	869	121.824
Processos remotos	520	472	697	52.154
Total	39.396	35.684	63.221	500.204

A movimentação das provisões dos processos judiciais e outros é como segue:

	Controladora					
	Saldo inicial 31.12.2015		Atualizações		Saldo final 31.12.2016	
Pis/COfins	34.253	2.935	—	—	37.188	—
Pis/COfins - sobre receitas financeiras	1.134	571	—	—	1.705	—
Total	35.387	3.506	—	—	38.893	—

	Consolidado						
	Saldo inicial 31.12.2015	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Efeitos da Cisão	Saldo final 31.12.2016
<i>Operações em continuidade</i>							
Fiscal	54.128	—	4.626	—	—	—	58.754
Pis/COfins	—	—	—	—	—	—	—
Pis/COfins - sobre receitas financeiras	1.392	515	632	—	—	—	2.539
Trabalhista	544	740	135	(621)	(66)	—	732
Subtotal	56.064	1.255	5.393	(621)	(66)	—	62.025
<i>Operações descontinuadas</i>							
Trabalhista	247.899	119.686	17.828	(46.452)	(94.026)	(244.935)	—
Fiscal	85.429	54.260	11.397	(335)	(15.670)	(135.081)	—
Cível	44.331	33.273	6.998	(24.815)	(14.447)	(45.340)	—
Regulatório	71.445	58.922	5.051	(10.909)	(61.393)	(63.116)	—
Meio ambiente	11.425	5.130	398	(6.700)	(189)	(10.164)	—
Outros	25.840	462	74	(1.830)	(24.546)	(24.546)	—
Subtotal	486.369	271.733	41.746	(89.211)	(187.455)	(523.182)	—
Total	542.433	272.988	47.139	(89.832)	(187.521)	(523.182)	62.025

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- a) Fiscal
- a.1) **PIS/COFINS:** A Companhia e sua controlada AES Elpa possuem processos que discutem a não incidência de PIS e COFINS sobre os valores distribuídos a título de Juros sobre Capital Próprio. A Administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, definiu que a probabilidade de perda para este processo é provável e, desta forma registra em 31 de dezembro de 2016 provisão no montante de R\$ 58.754 (R\$ 54.128 em 31 de dezembro de 2015). Para a ambas as Companhias, foram proferidas decisões desfavoráveis de 1ª e 2ª instâncias. Atualmente, aguarda-se julgamento no STJ e STF. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos até 2018.
- a.2) **PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia e suas controladas discutem judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, as controladas vêm efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A Companhia e suas controladas registraram provisão que, atualizada até 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$ 2.539 (R\$ 21.623 em 31 de dezembro de 2015), e efetuaram depósito judicial no montante de R\$ 2.494 (R\$ 24.290 em 31 de dezembro de 2015). Em relação ao mérito da causa, a Administração juntamente com seus assessores legais, classifica como possível. Contudo, com relação ao desembolso de caixa, a Companhia e suas controladas, estimam como provável que venham a ocorrer pagamentos referentes a essa ação antes da discussão do mérito. Desta forma, a Companhia e suas controladas, efetuaram provisão para o referido valor. A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído entre 2018 e 2019.
- b) **Trabalhista:** Os processos trabalhistas movidos por empregados, ex-empregados e terceiros das controladas pleiteiam, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e equiparação salarial. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia. O valor total consolidado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 732 (R\$ 248.443 em 31 de dezembro de 2015), correspondente à demanda de 15 processos prováveis em 31 de dezembro de 2016. A Administração das controladas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos sejam concluídos entre 2017 e 2020.

- 17.2 **Processos com probabilidade de perda classificada como possível**
- A Companhia e suas controladas apresentam a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia e de suas controladas.
- Os processos com probabilidade de perda classificada como possível da Eletropaulo não estão demonstrados a seguir devido ao investimento naquela empresa ter sido cindido em 30 de dezembro de 2016, não sendo mais uma informação relevante para a Companhia.

Notas	Companhia		Companhia	
	Valor de Contingência Estimada		Valor de Contingência Estimada	
	2016		2015	
(a)	Fiscal			
(a.1)	Auto de Infração - Aproveitamento de Prejuízo Fiscal		520.849	404.463
(a.2)	Compensações Administrativas - Saldos Negativos de IRPJ e CSLL		61.152	57.692
(a.3)	Compensações Administrativas - Créditos de IRRF		27.619	26.082
(b)	Cível			
(b.1)	Ação Civil Pública - Improbidade Administrativa (Companhia e controlada Elpa)		Não determinado	Não determinado

Notas	Controlada		Controlada	
	Valor de Contingência Estimada		Valor de Contingência Estimada	
	2016		2015	
(c)	CONTROLADA URUGUAIANA			
(c.1)	Fiscal			
(c.1)	PIS/COFINS sobre receita de exportação		24.742	20.897
(c.2)	Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL		21.181	16.851
(c.3)	Auto de Infração - Multa Isolada		1.528	1.433
(d)	Cível			
(d.1)	Ação judicial período de dezembro de 2000 a março de 2002 CCEE		75.515	79.700
(d.2)	Requerimento de arbitragem		Não determinado	Não determinado

- Controladora**
- a) Fiscal
- a.1) **Auto de infração - aproveitamento de prejuízo fiscal**
- Em 02 de junho de 2010, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 19515.001329/2010-04, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de aproximadamente R\$ 520.849 atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 404.463 em 31 de dezembro de 2015) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei nº 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A.
- Em sua defesa, a Companhia apresentou Impugnação Administrativa alegando, em síntese, que, por absoluta ausência de previsão legal, a limitação imposta pela Lei nº 9.065/95 não se aplica aos casos de incorporação, uma vez que, com a extinção da empresa incorporada, a integralidade do crédito não poderia ser compensada em exercício posterior. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável à Companhia em primeira instância. Em segunda instância, foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão desfavorável em outubro de 2012. Por consequência de tal decisão desfavorável, em outubro de 2012, a Companhia apresentou Embargos de Declaração. Em maio de 2015, foi proferida decisão que acolheu os embargos de declaração para negar provimento ao recurso voluntário. Em seguida, foi interposto recurso especial. Em março de 2016, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso especial. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em abril de 2016, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração da Companhia. Como não existia mais a possibilidade de recurso administrativo, em maio de 2016, a Companhia impetrou com Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em novembro de 2016 foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Companhia. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. Em que pese a decisão administrativa desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.
- a.2) **Compensações administrativas - saldos negativos de IRPJ e CSLL**
- Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia apresentou recurso administrativo em face do Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Companhia é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Em maio de 2011, houve decisão desfavorável na primeira instância administrativa. Em decorrência, foi interposto recurso voluntário.
- Em agosto de 2016, foi proferida decisão de segunda instância administrativa desfavorável aos interesses da Companhia. Atualmente, aguarda-se que a Companhia seja formalmente intimada da referida decisão para posteriormente interpor recurso especial a ser analisado pela Câmara Superior do CARF. Além disso, atualmente a Companhia aguarda julgamento do Recurso Especial ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em caso de decisão desfavorável a Receita Federal exigirá o pagamento de aproximadamente R\$ 61.152 atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 57.692 em 31 de dezembro de 2015).
- a.3) **Compensações administrativas - créditos de IRRF**
- Créditos de IRRF - Em junho de 2010 a Companhia apresentou recurso administrativo em face da decisão da Receita Federal que não reconheceu os créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no valor de R\$ 27.619 atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 26.082 em 31 de dezembro de 2015), existentes em função da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - IRRF feitas pela Eletropaulo. Até o momento, aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela Companhia perante a 2ª Instância Administrativa.
- b) Cível
- b.1) **Ação civil pública - improbidade administrativa**

O Ministério Público Federal instaurou ação civil pública em julho de 2004 contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a controlada AES Elpa e a Companhia, esta última na qualidade de sucessora da AES Transgás, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, exigindo o reconhecimento da privatização da Eletropaulo Electricidade de São Paulo S.A.. Por conta de decisão liminar concedida em agosto de 2004, pela qual foi determinada a quebra de sigilo fiscal e bancário da Companhia e dos demais réus, a Companhia interpôs agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ao qual foi atribuído efeito suspensivo. Em primeiro grau, em junho de 2005, a Companhia apresentou defesa prévia. Em julho de 2006, foi proferida decisão recebendo parcialmente a inicial, o que ensejou a interposição de agravo de instrumento pela Companhia, o qual visava não apenas a cassação da decisão, excluindo-se a Companhia do polo passivo da demanda, como também fosse reconhecida a competência da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro para processamento e julgamento da demanda. Foi atribuído efeito suspensivo ao recurso, o que suspendeu o trâmite da demanda em primeiro grau. Em julho de 2009 sobreveio julgamento parcialmente favorável do recurso da Companhia, restando determinada a remessa da ação civil pública, bem como dos recursos oriundos desta, para a Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro. Contra esta decisão o Ministério Público Federal interpôs recurso especial. Como referido recurso não é dotado, via de regra, de efeito suspensivo, os autos retomaram seu normal curso perante o Rio de Janeiro. Entretanto, em dezembro de 2012, o recurso especial foi julgado, ocasião em que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a competência da Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo, razão pela qual os autos retornaram à capital Paulista. Em junho de 2014, foi determinada a suspensão do processo até que fossem julgados todos os agravos de instrumento pendentes (os quais versavam sobre a quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus, bem como sobre o recebimento da inicial da ação de improbidade administrativa). Finalmente, em fevereiro de 2015, foram julgados os referidos recursos, sendo que: (i) foi afastada a ordem de quebra de sigilos bancário e fiscal dos réus; e, (ii) foi recebida a inicial integralmente, a contemplar todas as supostas condutas improbas aventadas na inicial. O Ministério Público Federal interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão que versava sobre a quebra de sigilo. O recurso aguarda julgamento perante o STJ. Por outro lado, a Companhia interpôs recurso especial contra o acórdão que recebeu a inicial integralmente, o qual também aguarda julgamento perante o STJ. Apesar de a questão ainda estar pendente de decisão final pela

Corte Superior, como o recurso especial não suspende a lide em primeiro grau, em setembro de 2015, a Companhia apresentou contestação. Após a juntada da defesa, foi aberta vista ao Ministério Público. Após a devolução dos autos pelo órgão ministerial, os autos foram remetidos à conclusão e retornaram ao cartório após inspeção, sem despacho, onde permanecem até a presente data.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

- Controlada Uruguaiانا**
- c) Fiscal
- c.1) **Pis/COfins sobre receita de exportação**
- Em novembro de 2008, a Receita Federal lavrou Auto de Infração contra a controlada Uruguaiانا no valor de R\$ 24.742 atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 20.897 em 31 de dezembro de 2015) em razão da suposta incidência de PIS/COFINS sobre a receita decorrente da exportação de energia elétrica gerada pela controlada Uruguaiانا.
- Em novembro de 2014, foi proferida decisão definitiva desfavorável à Controlada Uruguaiانا pelo Tribunal administrativo (CARF). Em decorrência, em janeiro de 2015 a Controlada Uruguaiانا impetrou mandado de segurança para a discussão do caso no âmbito judicial. Em março de 2015, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da Controlada Uruguaiانا, dando ensejo a interposição do recurso de apelação. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância favorável a Controlada Uruguaiانا. Em face desta decisão, em dezembro de 2016 a União Federal interpôs recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento.

Apesar do débito encontrar-se garantido através de seguro garantia, em agosto de 2015, a Controlada Uruguaiانا recebeu intimação relativa a execução fiscal que tem por objeto a cobrança dos mesmos débitos discutidos no referido mandado de segurança. Em setembro de 2015, foram opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância que considerou que a Controlada Uruguaiانا já estava discutindo a matéria nos autos do mandado de segurança e, por tal razão, julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. Em decorrência, foi interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que, em que pese a decisão desfavorável proferida nos autos da execução fiscal, em virtude da decisão do Mandado de Segurança, a Controlada Uruguaiانا possui uma decisão de mérito favorável aos seus interesses.

- c.2) **Compensações Administrativas - Créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL**
- A controlada Uruguaiانا foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas relativas a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, que somam o valor de R\$ 21.181, atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 16.851 em 31 de dezembro de 2015). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as demonstrações contábeis e fiscais. Em julho de 2016, a controlada Uruguaiانا foi intimada de decisão que negou provimento ao recurso especial relativo a duas compensações administrativas (COFINS e CSLL). Como em relação a essas duas compensações não há mais a possibilidade de recurso e, em setembro de 2016, foi ajuizada ação declaratória para possibilitar a garantia do débito, através de seguro garantia, e a consequente suspensão da exigibilidade do débito. Em outubro de 2016 os débitos foram inscritos em dívida ativa e, portanto, sofreram o acréscimo dos encargos legais estabelecidos pelo Decreto Lei nº 1025/69. Assim, o novo valor totaliza a importância de R\$ 5.924, atualizado até 31 de dezembro de 2016. O mérito do processo será discutido nos autos da futura execução fiscal a ser proposta pela Receita Federal. Diante dos fatores expostos, a controlada Uruguaiانا entende, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda dessa causa, continua possível.

- c.3) **Auto de Infração - Multa Isolada**
- Em março de 2010, a controlada Uruguaiانا, foi intimada da lavratura de Auto de Infração, através do qual a Receita Federal visa a cobrança de R\$ 1.528, atualizado até 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.433 em 31 de dezembro de 2015), a título de multa isolada de 50% sobre as estimativas mensais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativas ao ano-calendário de 2005. Foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada Uruguaiانا. Em janeiro de 2013, foi proferida decisão negando provimento ao recurso voluntário. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso Especial.

- d) Cível
- d.1) **Ação judicial - período de dezembro de 2000 a março de 2002 - CCEE**
- A controlada Uruguaiانا ingressou com ação em face da ANEEL, do ONS e da CCEE, visando (i) a declaração de que as paralisações para a antecipação de manutenção de suas usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, são passíveis de ressarcimento via ESS; (ii) a declaração acerca da ilegalidade e da inconstitucionalidade do Despacho nº 116/2002 da ANEEL, com a consequente manutenção dos preços praticados pela controlada Uruguaiانا em junho de 2001; (iii) a condenação da ANEEL em aplicar às paralisações para antecipação de manutenção das usinas, ocorridas especificamente no período compreendido entre dezembro de 2000 a março de 2002, o sistema de ressarcimento ESS; e (iv) a condenação do MAE/CCEE a refazer a contabilização e liquidação das operações da controlada Uruguaiانا, levando em consideração o ressarcimento de suas paralisações para antecipação de manutenção e os preços de comercialização de energia elétrica praticados por ela em junho de 2001.

No procedimento cautelar foi proferida decisão concedendo a liminar pleiteada pela controlada Uruguaiانا, que determinou a suspensão da exigência dos valores, objeto de escrituração pela CCEE, antigo MAE, posteriormente, sobreveio sentença confirmando a decisão liminar para julgar procedente a medida cautelar. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação interpostos pela ONS e CCEE.

Em relação ao procedimento principal, que por sua vez, discute o mérito das alegações suscitadas pela controlada Uruguaiانا, em fevereiro de 2014 sobreveio sentença de 1ª instância julgando improcedentes os pedidos da controlada Uruguaiانا, contra a qual foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) em 12 de março de 2014.

Em 16 de dezembro de 2015, julgando o recurso da controlada Uruguaiانا, o TRF da 1ª Região confirmou a decisão de improcedência proferida pela primeira instância em relação ao procedimento principal.

Em 25 de abril de 2016 foi publicada a decisão de 2ª instância que confirmou a decisão de mérito desfavorável de 1ª instância.

No dia 03 de maio de 2016 a controlada Uruguaiانا apresentou embargos de declaração requerendo a modificação da decisão e a atribuição de efeito suspensivo à mesma. Considerando os sólidos argumentos suscitados nos embargos de declaração, a demonstrar tanto a presença dos requisitos para a manutenção da liminar como as razões para reversão do acórdão, o escritório responsável mantém inalterada a avaliação de perda, que continua classificada como possível até decisão a ser proferida quanto ao referido recurso.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada Uruguaiانا terá que desembolsar o valor estimado de R\$ 75.515 (R\$ 79.700 em 31 de dezembro de 2015), sendo que há provisão no valor de R\$ 37.766.

- d.2) **Requerimento de arbitragem**
- Em 6 de abril de 2009, a YPF apresentou requerimento de arbitragem contra a controlada Uruguaiانا e as empresas Sulgás e Transportadora de Gás Del Mercosur S.A. (TGM) perante a Câmara de Comércio Internacional (ICC) requerendo, dentre outros pedidos, o reconhecimento de que a controlada Uruguaiانا e a empresa Sulgás repudiaram e, unilateralmente e ilegalmente, rescindiram o contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998, e de que seriam elas as responsáveis por todo e qualquer dano experimentado pelas partes por conta de tal término.
- Em 26 de março de 2009, a controlada Uruguaiانا apresentou requerimento de arbitragem perante a ICC, contra a YPF empresa argentina responsável pelo fornecimento de gás à controlada Uruguaiانا, pleiteando o pagamento de indenização relacionada ao término do contrato de exportação de gás firmado em setembro de 1998 entre YPF, a controlada Uruguaiانا e a Sulgás.

Em abril de 2011 os dois procedimentos arbitrais foram consolidados em procedimento único, tendo sido estabelecido um novo cronograma processual para o procedimento unificado. Em dezembro de 2011 foram realizadas as audiências para que fossem ouvidos os peritos e em janeiro de 2012 foram apresentadas as alegações finais de todas as partes.

Em maio de 2013 foi proferida decisão arbitral favorável à controlada Uruguaiانا. Em junho de 2013 a YPF questionou judicialmente a decisão arbitral proferida em maio.

Em 29 de julho de 2013, o Tribunal Arbitral decidiu pela suspensão do procedimento de arbitragem até o dia 30

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

—☆continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
31 de dezembro de 2016 e 2015			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)			

20. Repasse de seguro - conta de energia

	2016	2015
CIRCULANTE		
Repasse de seguro - conta de energia	4.986	—
Total	4.986	—
Refere-se ao contrato de acordo de cooperação para oferta de produtos securitários, arrecadação de prêmios de seguros e outras avenças, tendo como objeto (i) a divulgação e oferta pela controlada AES Serviços e Metlife, dos seguros aos clientes; (ii) a contratação pela controlada AES Serviços, na qualidade de estipulante, e pela Metlife (seguradora), das apólices coletivas de seguros (iii) a arrecadação dos prêmios correspondentes pela controlada AES Serviços junto aos segurados na respectiva fatura de energia dos segurados, e (iv) o repasse dos valores arrecadados à Metlife.		
Os seguros são recebidos pela Eletropaulo e podem ser repassados à controlada AES Serviços ou diretamente à Metlife. Quando os valores são primeiramente repassados para a controlada AES Serviços, a mesma por sua vez repassa os valores para a Metlife.		

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2016, foi deliberada a cisão parcial da Companhia e versão do acervo cindido para a Nova Brasileira Participações S.A., com a consequente redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 1.749.231, sem cancelamento de ações, perfazendo montante de R\$ 42.480. Dessa forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve emissão ou resgate de ações.

	2016		2015	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	253.846.155	50,00	253.846.155	50,00
BNDESPar	253.846.154	50,00	253.846.154	50,00
Total das ações	507.692.309	100,00	507.692.309	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade		Quantidade	
Acionistas				
AES Holdings Brasil Ltda.	6	—	6	—
BNDESPar	42.307.693	100,00	42.307.693	100,00
Total das ações	42.307.699	100,00	42.307.699	100,00

	2016	2015
Reservas de capital:		
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital (i)	(7.481)	—
Transação de capital (ii)	11.130	11.130
Reservas de lucros:		
Reserva legal (iii)	1.386	187.170
Reserva estatutária (iii)	13.223	73.318
Reserva de lucros a realizar (iii)	6.611	—
Subtotal	24.869	271.618
(i)	Representa a participação de acionistas não controladores no adiantamento para futuro aumento de capital da controlada AES Elpa, na proporção de 1,74% do capital total sobre o referido AFAC descrito na nota explicativa nº 1. Por se tratar se transição de capital envolvendo acionistas não controladores, este montante foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital.	
(ii)	Em 13 de junho de 2006, a AES Holdings Brasil e BNDESPAR celebraram um Instrumento Particular de Transações e outras Avenças, por meio do qual foi cancelada a opção para que fossem transferidas as ações de emissão da AES Sul ("Opção") de titularidade do Grupo AES para a Brasileira Energia S.A. (companhia com participações da AES Holdings Brasil e BNDESPAR). Em contrapartida ao cancelamento da Opção, o instrumento determinou a transferência do investimento na AES Serviços para a Brasileira Energia S.A. Após eventos de reorganizações societárias, o investimento foi transferido para a Companhia. Por se tratar de uma transação de capital, a Companhia registrou a contrapartida do recebimento do investimento em conta específica no patrimônio líquido, uma vez que esta transação foi considerada como uma transação de capital, ou seja, transações com sócios na qualidade de proprietário, não resultando em perda de controle.	
(iii)	No processo de Reorganização, a reserva legal e reserva estatutária foram transferidas para a Nova Brasileira Participações S.A., nos montantes de R\$ 187.170 e R\$ 73.318 respectivamente. Posteriormente, devido à destinação de resultado, foi destinado em 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 1.386 para reserva legal, R\$ 13.223 para reserva estatutária e R\$ 6.611 para reserva de lucros a realizar (vide nota explicativa nº 22).	

22. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	2016	2015
Lucros acumulados - Incorporação acervo cindido	—	91.309
Lucro líquido do exercício	207.797	—
Realização do ajuste de avaliação do ativo imobilizado	11.921	—
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos de controladas	103	—
Constituição de reserva legal	(1.386)	(4.565)
Efeito da cisão	(191.989)	—
Base para pagamento de dividendos	26.446	86.744
Dividendo mínimo obrigatório	6.612	43.372
Constituição de reserva estatutária	13.223	43.372
Constituição de reserva de lucros a realizar	6.611	—
Total distribuído	26.446	86.744

22.1 Dividendos do exercício de 2015 pagos em 2016
Em dezembro de 2015, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei 6.404/76, foi registrada proposta da Diretoria da Companhia para distribuição de dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$43.372, correspondente a R\$0,0785769 por ação ordinária e preferencial. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2016, foi aprovada sua distribuição.

Em reunião do conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de janeiro de 2017 e conforme projeções do fluxo de caixa, em função da postergação dos dividendos das controladas AES Uruguiana e AES Elpa, nos montantes de R\$ 10.154 e R\$ 11.889 respectivamente, e da eventual necessidade de caixa da controlada Uruguiana até o efetivo recebimento do acordo com a YPF, foi necessária a postergação do dividendo mínimo obrigatório acima mencionado de 2016 para até o final do exercício de 2017.

22.2 Dividendos do exercício de 2016 propostos
A Companhia registrou dividendos mínimo obrigatório no valor de R\$6.612, correspondente a R\$0,01202062290 por ação ordinária e preferencial. Conforme deliberado em Reunião de Diretoria realizada em 20 de fevereiro de 2017, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer no dia 20 de abril de 2017, a distribuição de dividendos inferiores ao dividendo obrigatório previsto no artigo 30 alínea (b) do Estatuto Social da Companhia, conforme previstos nos artigos 197, § 2º e 202, § 3º da Lei das S.A.. Por se tratar de uma obrigação legal, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da Companhia.
A Diretoria da Companhia aprovou a proposta de destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual segue: (i) R\$ 1.386 destinados para a reserva legal; (ii) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.612, correspondente a R\$ 0,01202062290 por ação ordinária e preferencial, em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada; (iii) R\$ 13.223 destinados para a reserva estatutária. (iv) R\$ 6.611 destinados para reserva de lucros a realizar. Tal proposta deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e ratificada pela AGO, a quem deverá definir as condições de pagamento dos dividendos.

23. Resultado por ação

O estatuto da Companhia atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias. Os valores de resultado por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.
A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	2016
Numerador:	
Resultado líquido de operações continuadas	11.075
Resultado líquido de operações descontinuadas	196.722
Lucro líquido do exercício	207.797
Denominador (em milhares de ações)	
Média ponderada do número de ações ordinárias	507.692
Média ponderada do número de ações preferenciais	42.308
Lucro por ação	
Das operações continuadas	
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,02014
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,02014
Das operações descontinuadas	
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,35768
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,35768
Do resultado líquido do exercício	
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,37781
Resultado básico e diluído por ação preferencial	0,37781
Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.	
A Companhia não tem nenhum instrumento que pudesse ter efeito diluidor. Desta forma, o lucro básico por ações é equivalente ao lucro por ação diluído.	

24. Receita operacional líquida

	Consolidado
	2016
Serviços prestados a partes relacionadas - nota nº 28.1	46.921
RGE Sul - eficiência energética/P&D	1.334
Eficiência energética	55
Mercado de curto prazo	193
Publicidade	793
Seguros	9.911
Operações em subestações e manutenções	5.816
Receita operacional bruta	65.023
PIS	(1.103)
COFINS	(5.088)
ISS	(1.841)
Pesquisa e desenvolvimento	(2)
Receita operacional líquida	56.989

25. Outras despesas operacionais

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
Aluguéis - partes relacionadas - nota nº 28.1	(5)	(1.942)
Recuperação de despesas	—	1
Doações, contribuições e subvenções	—	(10)
Ajuste de inventário	—	415
Seguros	(38)	(1.156)
Arrendamentos e aluguéis	—	(856)
Tributos	(109)	(317)
Outras taxas	(747)	(747)
Outras	—	(262)
Total Geral	(899)	(4.874)

26. Resultado financeiro

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	5.532	13.943
Atualização de créditos tributários	—	906
Atualização monetária dos depósitos judiciais	3.155	4.937
PIS e COFINS sobre receita financeira	(404)	(921)
Total	8.283	18.872
Despesas Financeiras		
Encargo de dividas - empréstimos e debêntures em moeda nacional	—	(80)
Atualização monetária de P&D	—	(591)
Descontos - antecipação de pagamento	—	(329)
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(39)	(262)
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.012)	(1.524)
Atualização monetária de processos judiciais	(3.101)	(4.994)
IOF sobre contrato de seguro	—	(112)
IOF sobre aplicação financeira	—	(50)
Outras despesas financeiras	(11)	(18)
Total	(4.163)	(7.960)
Variações Cambiais, Líquidas		
Variação cambial sobre fornecimento de gás - nota nº 10	—	(14.870)
Variações cambiais sobre depósitos judiciais	—	(132)
Outras variações cambiais	—	(20)
Total	—	(15.022)
Total Líquido	4.120	(4.110)

27. Imposto de renda e contribuição social

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2016		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	—	—	(106)	(48)
Diferidos	3.025	1.089	28.870	10.393
Total	3.025	1.089	28.764	10.345
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	6.961	6.961	(28.016)	(18.650)
Adições (exclusões):				
Variação cambial	—	—	117	117
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	(39)	(39)
Reversão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	—	—	(24.072)	(24.072)
Provisões trabalhistas	—	—	18	18
Provisões fiscais	—	—	337	337
Despesas não dedutíveis - diferenças permanentes	—	—	2.839	2.839
Resultado de equivalência patrimonial	(9.368)	(9.368)	—	—
Fornecedores - Provisão-Materiais e Serviços	—	—	206	206
Provisão para participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	—	—	209	209
Outros	(260)	(260)	93	93
Total das adições (exclusões)	(9.628)	(9.628)	(20.292)	(20.292)
Resultado ajustado	(2.667)	(2.667)	(48.308)	(38.942)
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa	—	—	(210)	(210)
Base de cálculo	(2.667)	(2.667)	(48.518)	(39.152)
Alíquota nominal	—	9%	25%	9%
Receita (Despesa) com tributos às alíquotas nominais	—	—	12.129	3.524
Constituição de tributos diferidos sobre outras diferenças temporárias	—	—	10.933	4.769
Diferido passivo relacionado à atualização do depósito judicial (i)	3.025	1.089	4.801	1.729
Baixa Prescrição de Créditos 2009/2010	—	—	(7)	(4)
Prejuízos Fiscal/Base Negativa da CSLL	—	—	908	327
Total da receita (despesa) com tributos	3.025	1.089	28.764	10.345
Alíquota efetiva	-43,5%	-15,6%	102,7%	55,5%
(i) vide nota explicativa nº 8.				

28. Partes relacionadas

28.1 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo				
Dividendos a receber:				
AES Eletropaulo	—	1.940	—	—
AES Elpa	11.889	—	—	—
AES Uruguiana (xiii)	15.432	10.154	—	—
Total	27.321	12.094	—	—
Contas a receber de partes relacionadas				
Corte e religa - AES Eletropaulo x AES Serviços (i)	—	—	1.143	—
Substituição de postes - AES Eletropaulo x AES Serviços (iii)	—	—	1.399	—
Poda de árvores- AES Eletropaulo x AES Serviços (v)	—	—	793	—
Manutenção - AES Eletropaulo x AES Serviços (vi)	—	—	2.677	—
Total	—	—	6.012	—
Outros Créditos:				
Outros créditos - Eletropaulo x AES Sul (xii)	—	—	—	2.759
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Brasil (ii)	—	—	—	24
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Sul (ii)	—	—	—	11
Total	—	—	—	2.794
Investimentos:				
Recursos destinados a aumento de capital (viii)	—	429.200	—	—
Total	—	429.200	—	—
Total do ativo com partes relacionadas	27.321	441.294	6.012	2.794
Passivo				
Fornecedores:				
Energia:				
AES Eletropaulo x AES Tietê Energia (xi)	—	—	—	271.814
Total	—	—	—	271.814
Materiais e serviços:				
Arrecadação de valores e propaganda em fatura de energia - Eletropaulo x AES Serviços (vii)	—	—	882	—
AES Eletropaulo x AES Big Sky (ix)	—	—	—	276
Contrato de sublocação - Eletropaulo x Companhia (ii)	1	—	1	—
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Serviços (ii)	—	—	17	—
Subtotal	1	—	900	276
Obrigações com acionistas:				
AES Holdings Brasil - resgate de ações	—	128.216	—	128.216
BNDESPar - resgate de ações	—	149.586	—	149.586
Total	—	277.802	—	277.802
Dividendos a pagar:				
AES Holdings Brasil	23.069	20.018	23.069	20.018
BNDESPar	26.914	23.354	26.914	23.354
Total	49.983	43.372	49.983	43.372
Contas a pagar:				
AES Corporation (x)	9.010	9.010	9.010	9.010
Total	9.010	9.010	9.010	9.010
Obrigações com entidade de previdência privada:				
FUNCESP - Obrigações pós-emprego	—	—	—	2.604.967
Total do passivo com partes relacionadas	58.994	330.184	59.893	2.935.427

	Controladora	Consolidado
	2016	2016
Receita operacional líquida		
Corte e Religa - AES Eletropaulo (i)	–	13.118
Substituição de postes - AES Eletropaulo x AES Serviços (iii)	–	3.364
Atendimento de lojas - AES Eletropaulo x AES Serviços - (iv)	–	21.522
Poda de árvores - AES Eletropaulo x AES Serviços (v)	–	1.957
Manutenção - AES Eletropaulo x AES Serviços (vi)	–	4.667
Eficiência Energética/P&D - AES Sul x AES Serviços (xiv)	–	2.293
Subtotal		46.921
Serviços de terceiros:		
Arrecadação de valores e propaganda em fatura de energia - AES Eletropaulo x AES Serviços (vii)	–	(882)
Subtotal		(882)
Outras despesas operacionais		
Contrato de sublocação - Eletropaulo x Companhia (ii)	(5)	(5)
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Serviços (ii)	–	(197)
Contrato de sublocação - Eletropaulo x AES Elpa (ii)	–	(5)
Reembolso Aluguel lojas - AES Eletropaulo x AES Serviços (xv)	–	(1.735)
Subtotal	(5)	(1.942)
Total do resultado com partes relacionadas	(5)	44.097
(i)	Correspondem aos seguintes contratos:	
•	Contrato de Prestação de Serviços entre a controlada AES Serviços e a Eletropaulo, tendo por objeto a prestação de serviços de ligação, modificação, corte, religação, verificação, aferição e/ou outros serviços técnicos e comerciais, e, em situações excepcionais, o atendimento de situações de emergência para manutenção corretiva da rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência de 48 meses, contados a partir de 29 de abril de 2015, e seu preço total estimado é de R\$ 9.500. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 1.267/2015. O saldo desse contrato foi integralmente realizado.	
•	Contrato para execução de serviços técnicos e comerciais entre a controlada AES Serviços e a Eletropaulo, com vigência de 31 meses contados a partir de 29 de setembro de 2016, e seu preço total estimado é de R\$ 22.000. A ANEEL aprovou o referido contrato por meio do Despacho nº 2.620/2016.	
(ii)	Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.	
(iii)	A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.663/2013, aprovou Contrato de Execução de Obras e Prestação de Serviços entre a controlada AES Serviços e a Eletropaulo, tendo por objeto a prestação de serviços contínuos de construção (montagem e desmontagem), manutenção e reforma de redes e linhas aéreas de distribuição com valor total estimado de R\$ 14.754. A vigência do contrato é de janeiro de 2014 até dezembro de 2017.	
(iv)	Corresponde ao contrato de atendimento de lojas, celebrado entre a controlada AES Serviços (contratada) e a Eletropaulo (contratante). O contrato tem por objeto, a prestação dos serviços de operação de atendimento de lojas, aos clientes da Eletropaulo, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimento de reclamações. O contrato aprovado pelo Despacho nº 2.242/2014 teve vigência de julho de 2014 até 31 de agosto de 2015 e o contrato aprovado pelo Despacho nº 2.830/2015 tem vigência de 28 de agosto de 2015 até 01 de setembro de 2019, com valor total estimado de R\$ 81.322.	
(v)	Corresponde ao contrato de prestação de serviços, celebrado entre a Controlada AES Serviços (contratada) e a Eletropaulo (contratante), tendo por objeto a prestação dos serviços de poda de árvores próximas e em contato com as linhas aéreas de distribuição, desenergizadas e energizadas, bem como a coleta e transporte de resíduos de poda e, em situações de excepcionais, o atendimento a situações de emergência para manutenção corretiva na rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência até 22 de julho de 2019. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.358/2015, com valor total estimado de R\$ 3.500.	
(vi)	Corresponde ao contrato de prestação de serviços, celebrado entre a controlada AES Serviços (contratada) e a Eletropaulo (contratante), tendo por objeto a manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, incluindo montagem e desmontagem, manutenção de redes e linhas aéreas de distribuição, desenergizadas e energizadas, bem como incluindo a reforma e desmonte e, em situações excepcionais, o atendimento a situações de emergência para manutenção corretiva na rede de distribuição aérea. O contrato tem vigência de março de 2015 até 25 de março de 2019, com valor total estimado de R\$25.000. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 747/2015.	
(vii)	Corresponde ao contrato de prestação de serviços de arrecadação de valores e propaganda ou publicidade outras avenças, celebrado entre a controlada AES Serviços (contratada) e a Eletropaulo (contratante) em novembro de 2014. O contrato tem por objeto (i) veiculação de propaganda ou publicidade, através de fatura de energia ou página eletrônica da Companhia, dos serviços e/ou produtos ofertados pela contratante; e (ii) arrecadação de valores referentes aos serviços e/ou produtos comercializados e devidos à contratante por meio da fatura de energia dos clientes que residem na área de concessão da contratada. O contrato tem vigência de 4 anos a partir da homologação da ANEEL, que ocorreu em 30 de outubro de 2014 por meio do Despacho nº 4.273.	
(viii)	Refere-se aos encargos moratórios da dívida da controlada AES Elpa com o BNDES, os quais foram assumidos pela Companhia em decorrência da reorganização societária do Grupo AES. Esses valores não estão sujeitos à atualização monetária. Em assembleia geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi deliberada a capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital registrado no patrimônio líquido da controlada AES Elpa em nome da Companhia, no valor de R\$429.200, sendo que tal capitalização deu-se sem a emissão de novas ações pela controlada, não havendo, portanto, diluição de seus acionistas minoritários.	
(ix)	Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa AES Big Sky.	
(x)	Corresponde a créditos que a The AES Corporation (AES Corp.) detém junto à Companhia referente à remessa de recursos no início de 2004 para fazer frente a despesas diversas em decorrência do processo de reorganização societária do grupo AES no Brasil, concluído em dezembro de 2003. No entanto, conforme previsto no Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, firmado em 22 de dezembro de 2003, entre o BNDES, a BNDESPAR, a AES Holdings Brasil e a AES Corp., tais despesas são de responsabilidade do Grupo AES, de forma que a Companhia busque alternativas para regularização deste passivo, seja por meio de baixa ou capitalização, sem diluição dos acionistas não controladores.	
(xi)	Até 31 de dezembro de 2015, a Eletropaulo possuía contrato bilateral de compra de energia com a AES Tietê. A partir de janeiro de 2016 a Eletropaulo passou a contratar energia através de leilão - CCEAR, em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela ANEEL, da AES Tietê Energia. O contrato tem prazo de duração de 3 anos e preço médio de R\$ 142,00. A AES Tietê Energia vendeu 90 MW médios, dos quais destacam-se 49,7 MWm para a Eletropaulo. Por se tratar de um contrato regulado, o mesmo não foi submetido à anuência da ANEEL. Em dezembro de 2016 esse passivo foi transferido para a Nova Brasileira Participações S.A., por meio da cisão parcial, conforme descrito na nota explicativa nº 1.	
(xii)	Crédito que a Eletropaulo detém contra a AES Sul, oriundo de compra de energia no curto prazo no período entre 1999 e 2000. A AES Sul não concorda com o valor imposto pelo CCEE, tendo, portanto, ajuizado ação visando discutir o valor judicialmente. Ainda não houve decisão.	
(xiii)	O saldo é composto pelos dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 aprovados em AGO da controlada Uruguiana, realizada em 28 de abril de 2016 e pelos dividendos mínimos obrigatórios de 2016. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de janeiro de 2017 foi aprovada a postergação do pagamento dos dividendos da controlada Uruguiana referentes ao exercício social de 2015 no montante de R\$ 10.153, para até o final do exercício de 2017.	
(xiv)	Em março de 2016, a controlada AES Serviços assinou contrato de prestação de serviços com a AES Sul, com vigência de três anos e preço total estimado de R\$ 11.630. O objeto do contrato é a execução de projeto para eficiência de aproximadamente 30 mil clientes beneficiados pela Tarifa Social Baixa Renda, com foco em substituição lâmpadas, geladeiras, coletores solares e chuveiros, além de regularização de unidades clandestinas e substituição de instalações precárias. As transações entre partes relacionadas com a AES Sul (atualmente RGE Sul) estão sendo demonstradas até 31 de outubro de 2016, quando a AES Sul foi vendida para CPFL Jaguariúna participações Ltda.	
(xv)	O montante de R\$ 1.735 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 945 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos ressarcimentos efetuados pela controlada AES Serviços para a Eletropaulo referentes às despesas com aluguel das lojas, conforme contrato aprovado pela ANEEL em julho de 2014 (descrito no item (iv), acordado que as despesas eventualmente pagas pela Eletropaulo seriam reembolsadas pela controlada AES Serviços. O contrato vigente a partir de 28 de agosto de 2015 prevê que os custos relacionados à locação serão de responsabilidade da Eletropaulo.	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
31 de dezembro de 2016 e 2015					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)					

28.2 Remuneração da alta administração
 De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem divulgar a remuneração de sua alta administração. Abaixo a remuneração consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado
	2016
Benefícios de curto prazo (a)	963
Outros Benefícios de longo prazo (b)	31
Remuneração baseada em ações (c)	83
Total	1.077
a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);	
b) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e	
c) Compostos por opções de ações a alta administração das controladas através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.	
A remuneração dos administradores da Companhia é aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.	
Os valores referentes a pagamento baseado em ações são pagos pela The AES Corporation e não há ônus para a Companhia.	

29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

29.1 Instrumentos financeiros
29.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros
 Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

		2016		2015		Consolidado
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.946	26.946	152.182	152.182	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	5	79.522	79.522	789.565	789.565	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias	6	39.898	39.898	2.592.876	2.592.876	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos		—	—	98.967	98.967	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	17.1	63.221	63.221	500.204	500.204	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro da concessão		—	—	2.004.798	2.004.798	Ativos financeiros disponíveis para venda
Ativo financeiro setorial, líquido		—	—	1.340.900	1.340.900	Empréstimos e recebíveis
Total		209.587	209.587	7.479.492	7.479.492	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	14	9.804	9.804	1.931.240	1.931.240	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Contas a pagar por compra de energia - CCEE	14	70.887	70.887	70.887	70.887	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos		—	—	513.238	500.421	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures		—	—	3.046.123	2.987.463	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro		410	410	43.914	43.181	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais		—	—	10.535	10.535	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos setoriais	18	138	138	691.764	691.764	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.1	50.016	50.016	71.894	71.894	
Total		131.255	131.255	6.379.595	6.307.385	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

O valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e suas controladas optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contabilizado.

Considerando a composição da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas reclassificaram este grupo de “ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado” para “empréstimos e recebíveis”. As demais rubricas não sofreram alterações na classificação dos instrumentos financeiros.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não possuíam quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

29.2 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros, registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2016			2015			
	Valor justo	Mensuração		Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2		Nível 3	Nível 1	Nível 2
ATIVO							
Investimentos de curto prazo	79.522	—	79.522	—	789.565	—	789.565
Ativo financeiro da concessão	—	—	—	—	2.004.798	—	2.004.798
Total - Ativo	79.522	—	79.522	—	2.794.363	—	2.794.363

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

29.3 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada Uruguaiana, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e da controlada Uruguaiana conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Ética e *Compliance*.

Gestão de Riscos

É de responsabilidade do Conselho de Administração deliberar sobre as questões de Gestão de Riscos estratégicos, incluindo aprovar e avaliar política e modelo de Gestão de Riscos.

A Diretoria Executiva exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos. Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacionais, de reputação e imagem, regulatório, legal, ambiental e outros riscos financeiros (contábil, atuarial e fiscal).

A Diretoria Executiva também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas. Para assessoramento da Diretoria Executiva, existe o Comitê de Gestão de Riscos, que tem como principal objetivo a supervisão e monitoramento do processo de riscos reportados pela área de gestão de riscos, onde são avaliados e validados os modelos de Gestão de Risco, o portfólio e os riscos relevantes da Companhia e de sua controlada Uruguaiana além de aprovar metas e ações e priorizar recursos para mitigação dos riscos aos qual a Companhia e sua controlada Uruguaiana estão expostas.

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia e de sua controlada Uruguaiana, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia e sua controlada Uruguaiana estão expostas, definir padrões a serem seguidos pela Companhia e sua controlada no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

Ética e Compliance

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e *Compliance* e os recursos necessários serão alocados para que, com base na conclusão das averiguações, e medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - sejam tomadas tempestivamente. Em caso de necessidade, se houver um eventual impacto material nas Demonstrações Contábeis, estes dados serão devidamente informados à governança da Companhia e suas controladas, incluindo alta administração e Conselho de Administração, além do Conselho Fiscal para a Eletropaulo, com as respectivas ações tomadas e planos de remediação.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

Na controlada AES Serviços mais da metade das vendas de serviços técnicos são realizadas com Companhia do mesmo grupo econômico (Eletropaulo) e regulamentadas pela ANEEL e por isso possuem alta liquidez e baixo risco para a controlada.

As demais vendas são aprovadas mediante análise de crédito e os maiores clientes são acompanhados periodicamente.

Na controlada Uruguaiana, durante os meses em que esteve em operação, a energia produzida foi liquidada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. A liquidação financeira é realizada mensalmente pela CCEE e marca o momento de pagamento e recebimento de todos os débitos e créditos apurados no processo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia e suas controladas: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de PL da Companhia e de suas controladas: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2016 é:

	Consolidado	2016
Caixa e equivalentes de caixa		26.946
Investimentos de curto prazo		79.522
Consumidores, revendedores e permissionárias		39.898
Total da exposição		146.366

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e de suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e de suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores		9.804	—	—	—
Contas a pagar por compra de energia - CCEE		—	—	70.887	—
Arrendamento financeiro		97	267	31	15

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
Julian Jose Nebreda Marquez Presidente do Conselho Charles Lenzi Berned Raymond Da Santos Ávila Fernando Quintana Merino Marcelo de Carvalho Lopes					

DIRETORIA			
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira Diretor Presidente e de Relações com Investidores Teresa Cristina Querino Vernaglia Diretora	Marcelo Antonio de Jesus Diretor de Controladoria e Planejamento Tributário Renato Resende Paes Contador - CRC 1SP 308201/O-9		

	Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Encargos setoriais (TFSEE)		138	—	—	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		—	50.016	—	—
Total		10.039	50.283	70.918	15

(b.3)

Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Para a controlada Uruguaiana, em decorrência da paralisação das atividades operacionais da usina geradora, essa controlada gerencia seu capital com objetivo único de honrar os compromissos relacionados à manutenção do seu parque gerador.

Riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2016.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2016 foi:

	Consolidado	2016
Equivalentes de caixa		26.595
Investimentos de curto prazo		79.522
Total da exposição líquida		106.117

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2016, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2016, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Posição em 2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,78%	8,67%	11,56%	14,45%	17,34%
Equivalentes de caixa	CDI	26.595	1.537	2.306	3.074	3.843	4.612
Investimentos de curto prazo	CDI	79.522	4.596	6.895	9.193	11.491	13.789
Subtotal		106.117	6.133	9.201	12.267	15.334	18.401

(c)

(c.1)

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Risco de alteração na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia e suas controladas. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia e suas controladas são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia e suas controladas. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia e de suas controladas.

30. Informações por segmento

Os segmentos operacionais da Companhia, tendo em vista a natureza distinta de cada uma de suas empresas controladas, correspondem à atividade exercida por estas. Portanto, os segmentos operacionais são as atividades de geração, serviços e holding.

- AES Elpa S.A.;
- AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.;
- AES Serviços.

A seguir apresentam-se os segmentos de reporte, considerando as seguintes premissas:

- As transações entre segmentos foram realizadas como se fossem partes independentes;
- A Administração da Companhia não analisa geograficamente informações por segmento.

	Consolidado						
	Holdings	Distribuição	Geração	Serviços	Combinado	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	—	—	174	56.815	56.989	—	56.989
Custos operacionais							
Custo com energia elétrica/gás	—	—	(3.226)	—	(3.226)	—	(3.226)
Pessoal, entidade de previdência privada, material e serviço de terceiros	(6.693)	—	(20.680)	(58.495)	(85.868)	—	(85.868)
Depreciação e amortização	—	—	(24.011)	(1.192)	(25.203)	—	(25.203)
Outras	(1.112)	—	37.344	(2.830)	33.402	—	33.402
Total dos custos operacionais	(7.805)	—	(10.573)	(62.517)	(80.895)	—	(80.895)
Resultado do serviço	(7.805)	—	(10.399)	(5.702)	(23.906)	—	(23.906)
Resultado de equivalência patrimonial	9.368	—	—	—	9.368	(9.368)	—
Receitas financeiras	11.809	—	6.256	807	18.872	—	18.872
Despesas financeiras	(5.876)	—	(1.084)	(1.000)	(7.960)	—	(7.960)
Variações cambiais, líquidas	—	—	(15.030)	8	(15.022)	—	(15.022)
Resultado antes dos tributos	7.496	—	(20.257)	(5.887)	(18.648)	(9.368)	(28.016)
Imposto de renda/Contribuição social	6.388	—	30.813	1.908	39.109	—	39.109
LUCRO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	13.884	—	10.556	(3.979)	20.461	(9.368)	11.093
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Resultado líquido proveniente de operações cindidas (i)	497.508	20.923	—	—	518.431	(227.148)	291.283
Amortização de intangível de concessão proveniente de operações cindidas (i)	(77.018)	—	—	—	(77.018)	—	(77.018)
TOTAL DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	420.490	20.923	—	—	441.413	(227.148)	214.265
Participação de não controladores	—	—	—	—	—	17.561	17.561
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	434.374	20.923	10.556	(3.979)	461.874	(236.516)	225.358
TOTAL DO ATIVO	219.207	—	130.263	33.464	382.934	(81.726)	301.208
TOTAL DO PASSIVO	135.642	—	94.457	30.515	260.614	(27.320)	233.294

i) Vide nota explicativa nº 1.1.

Brasiliانا Participações S.A. Brasiliانا Participações S.A. e Controladas

CNPJ 08.773.191/0001-36
Companhia Aberta

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Brasiliانا Participações S.A.
Barueri - São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasiliانا Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brasiliانا Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reorganização societária do Grupo AES Brasil

Em 13 de dezembro de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a reorganização societária proposta pela Companhia e sua controlada AES Elpa S.A. Essa reorganização se deu por meio da cisão parcial da Companhia com a subsequente incorporação do acervo cindido pela AES Eletropaulo. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 1 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevante alteração na estrutura societária e os efeitos sobre o balanço patrimonial da Companhia, oriundos da cisão de suas controladas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, discussões com a Administração acerca da reorganização e seus efeitos, análise dos atos societários da reorganização societária, e avaliação da adequação das divulgações relacionadas a este tema nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Processo de arbitragem - controlada AES Uruguiana Empreendimentos S.A.

A Controlada AES Uruguiana Empreendimentos S.A. ("Uruguiana") tem enfrentado interrupções fornecimento de gás importado da Argentina por parte de seu único fornecedor Yacimientos Petrolíferos Fiscales ("YPF"). Em 2009, considerando a fragilidade da rentabilidade de sua usina, a Administração da Uruguiana constituiu uma provisão para redução do provável valor de realização integral de seu ativo imobilizado. Em 2009 iniciou-se um processo de arbitragem para solução do assunto e, em 30 de dezembro de 2016, as partes chegaram a um acordo pelo qual a YPF se comprometeu ao pagamento R\$ 190.164 mil à Uruguiana para pôr fim às discussões relacionadas à arbitragem e possibilitando que as partes iniciaram negociações para a retomada de suas relações comerciais. Em 31 de dezembro de 2016, as propostas de acordo estavam em processo de aprovação pela diretoria da YPF, sendo que o encerramento da arbitragem foi aprovado em 6 de janeiro de 2017 e o pagamento realizado em 10 de janeiro de 2017. Este assunto está divulgado nas notas explicativas números 2.1, 7, 13, 17.2 e 32 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevante complexidade das discussões e os potenciais efeitos sobre o balanço patrimonial da Companhia e a continuidade de suas operações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram discussões com a Administração; análise dos pareceres jurídicos consultores internos e externos da Uruguiana e dos documentos relacionados e avaliação da divulgação deste tema nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Discussões judiciais sobre temas fiscais

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos de natureza tributária cujo valor agregado totalizam R\$ 657.071 mil em 31 de dezembro de 2016, os quais foram classificados como perda possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Deste montante, destacamos a causa referente ao auto de infração relacionado ao aproveitamento de prejuízos fiscais, cujo valor está estimado em R\$ 520.849 mil. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 17.2 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento necessário para a determinação se uma provisão deveria ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente tributário no Brasil. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui julgamento da Administração e de seus assessores jurídicos externos, de forma que modificações nesse processo de julgamento em relação à probabilidade de perda dos processos, pode gerar impacto relevante nos resultados da Companhia.

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas de tributos para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como a participação em reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em andamento. Nossos procedimentos incluíram também a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas posições com as informadas pela Administração em relação à avaliação, expectativa de perda e divulgações de cada um dos processos materiais.

Discussões judiciais sobre temas civis - Companhia e controlada AES Elpa S.A.

Em julho de 2004, o Ministério Público Federal instaurou ação civil pública contra diversas pessoas físicas e jurídicas, dentre elas a Companhia e sua controlada AES Elpa S.A., perante a Justiça Federal do Estado de São Paulo, questionando determinados aspectos da privatização da AES Eletropaulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia e sua controlada AES Elpa S.A. poderão vir a ser requeridas a desembolsar valores, que podem ser significativos. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração da Companhia, baseada em pareceres de seus assessores jurídicos externos, entende que a probabilidade de perda para essa discussão é possível e que, dado o atual andamento do processo, estes valores não são passíveis de quantificação. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 17.2 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos e ao julgamento necessário para a determinação se uma provisão deveria ser registrada. A avaliação dos processos quanto ao seu valor e probabilidade de desembolso financeiro inclui julgamento por parte da Administração e de seus assessores jurídicos externos, de forma que modificações nesse processo de julgamento em relação à probabilidade de perda dos processos, pode gerar impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução do processo judicial em andamento, a obtenção e análise de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas posições com as informadas pela Administração em relação a avaliação, expectativa de perda e divulgações sobre os temas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Empresas controladas - continuidade operacional

Nos últimos exercícios as operações da controlada Uruguiana S.A. foram significativamente afetadas pelas interrupções de fornecimento de gás natural utilizado na produção de energia elétrica, resultando em prejuízos operacionais recorrentes. O que fez com que a Administração daquela controlada, em 2009, tomasse a decisão de paralisar suas atividades operacionais e concluísse pela necessidade de registrar provisões para perda de recuperação no valor total de seus ativos de longo prazo, no montante de R\$ 435.906 mil, em 31 de dezembro de 2016. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 2.1 às demonstrações contábeis.

Adicionalmente, a reorganização da estrutura societária do Grupo AES Brasil, implementada durante o exercício resultou na cisão parcial da controlada Elpa S.A., e versão de seu acervo cindido para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Parte do acervo líquido cindido incluiu os investimentos

em participação societária na controlada operacional AES Eletropaulo, dentre outros ativos, reduzindo significativamente atual capacidade de geração de resultados e caixa daquela controlada. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 1 às demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria uma vez que esses eventos, indicam a existência de incertezas que podem levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade operacional das empresas controladas, impactando, consequentemente, o fluxo de resultados e dividendos para a Companhia.

Nossos procedimentos incluíram o acompanhamento do julgamento das administrações das controladas em relação ao provisionamento de ativos e registro de eventuais passivos, assim como realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir as alternativas operacionais para a continuidade das atividades daquelas empresas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC - 1SP132776/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da BRASILIANA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.773.191/0001-36, com sede na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala individual 2, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, Barueri-SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Barueri, 20 de fevereiro de 2017

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora

SOMOS A EMPRESA-MODELO DO SETOR DE ENERGIA.

Nosso compromisso de unir geração de valor compartilhado a estratégia de negócio, para garantir que a energia que geramos e fornecemos promova bem-estar, desenvolvimento e inovação social, foi reconhecido! Orgulho de termos persistido

diante dos desafios, de saber que a caminhada é de aprendizado ininterrupto e de acreditar que a transformação tão desejada começa

em nossas mesas de reunião, em nossos centros de operação, lojas, caminhões, a cada manobra técnica, a cada sorriso, a cada decisão.

